

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE Nº 23 - out/nov/dez - 2009

Pré-Sal
100% do Brasil
50% para a Educação



Internet: Brasil precisa de
banda larga para todos

Música: A nova geração
de cantoras brasileiras

Reduz

4

Horas Semanais

pra 40

que o Brasil aumenta

O projeto da redução da jornada de trabalho nacional de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, precisa ser votado na Câmara e no Senado para seguir para sanção presidencial e virar lei.

Se for aprovado, o ganho social para o povo brasileiro vai ser muito grande. Mais empregos serão gerados, o trabalhador e a trabalhadora poderão se dedicar mais aos estudos, ao lazer, às atividades sociais e culturais, tão importantes para a vida e para o país, que vai se desenvolver ainda mais com o aumento do consumo e da produção.

Esta é uma campanha de empregados e patrões, das mulheres, dos jovens, do verde, do amarelo, do azul e do branco. Muitos países já levantaram esta bandeira: o Canadá, o Japão, a Nova Zelândia, a Noruega, os Estados Unidos e tantos outros. Portanto, está mais do que na hora do Brasil também levantar a sua.

Já esperamos tanto tempo. E o tempo... Ah, o tempo é precioso demais e precisa ser valorizado.

40 horas
semanais já



Editorial

05. Riqueza que é do Brasil, fica no Brasil!



Entrevista

06. Sérgio Amadeu fala de Internet e da sociedade na era digital



Brasil

13. Projeto Brasil 2010

15. O Pré-Sal é nosso!

20. Estatuto da Igualdade Racial



Internacional

22. Não às bases dos EUA na Colômbia



Educação

26. Educação não é cassino

30. Os desafios do 1º CONAE



Cultura

34. De cabeça feita: 10º Seminário do Cuca da UNE

36. A nova geração de mulheres da MPB

Movimento Estudantil

41. UNE e UBES de volta pra casa



Sede nacional da UNE

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145
Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro - RJ

Sítio na Internet: www.une.org.br

A UNE é adepta do copyleft. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.



Expediente

A revista *Movimento* é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente

Augusto Chagas

Vice-Presidente

Tiago Ventura

1º Vice-Presidente

Sandino Patriota

2º Vice-Presidente

Bruno da Mata

3º Vice-Presidente

Tasso Brito

Secretário-Geral

Antonio da Silva

Tesoureiro Geral

Harlen Oliveira

1º Tesoureiro

Gabriel Pinto Cruz

Direto(a) de Comunicação

André Vitral

1º Diretor de Comunicação

Vicente Siluzio

Diretor de Desporto Universitário

Emival Dalat

Diretora de Políticas Educacionais

Wallison Brandão

1º Diretor de Políticas Educacionais

Lais Gouveia

Diretor de Univ. Particulares

Joanna Parolli

Diretor Jurídico

Luis Felipe Maciel

Diretor de Cultura

Fellipe Redó

Diretor de Relações Internacionais

Daniel Iliescu

1º Diretor de Relações Internacionais

Lucelio de Moura

2º Diretor de Relações Internacionais

Renan Alencar

Diretor de Movimentos Sociais

Vitor Lucena

Diretora de Assuntos Institucionais

Marcela Rodrigues

Edição

Edição: Renata Mielli;

Textos: Renata Mielli, Sandra Cruz; Fernando Borgonovi; Priscila Lobregatte; Joana Rozowykwiat; Laura Folgueira.

Direção de Arte: Vandrê Fernandes (Circus);

Ilustrações: Daniel Lopes (Circus);

Tiragem:

40 mil exemplares

EDITORIAL

Riqueza que é do Brasil, fica no Brasil!

Fincar a bandeira brasileira no extenso território que vai da baía do Espírito Santo até a costa de Santa Catarina, como sinal de que a riqueza que se encontra nessa região pertence ao Brasil. Este deve ser o anseio e a luta dos estudantes nos debates acerca do futuro do Pré-Sal.

Não é a primeira vez que a nação se depara com riquezas de grande magnitude. O Brasil viveu o ciclo do pau-brasil, do ouro, do café, da borracha, da cana. Mas, nestes períodos históricos, seus volumosos recursos não foram revertidos para a maioria do povo. Pelo contrário, foi uma enxurrada de dinheiro que saiu do Brasil para encher os cofres internacionais e que foram revertidos para uma pequena elite nacional.

O Brasil se depara, mais uma vez, com uma riqueza ímpar: o petróleo que esta sob a camada de pré-sal. Está em discussão como explorá-lo e usar os recursos que ele gerará. A UNE não tem dúvida: o Brasil não pode deixar que o controle das reservas de pré-sal lhe escape por entre os dedos. O que é do Brasil é nosso e será usado para gerar desenvolvimento.

Tampouco podemos permitir que os recursos do pré-sal tragam benefício para uma pequena camada dos já abastados. Estamos diante de uma oportunidade única de saudar uma imensa dívida social com milhões de brasileiros. Por isso, a UNE defende que parte desse recurso tenha como destino a Educação. Não há política social mais eficaz no combate às desigualdades do que oferecer educação de qualidade para todos. Com isso, poderemos erradicar o analfabetismo, melhorar a qualidade da Educação Básica, universalizar o Ensino Médio, e fazer uma revolução no Ensino Superior, ampliando a oferta de vagas públicas para que mais pessoas tenham acesso à Universidade.

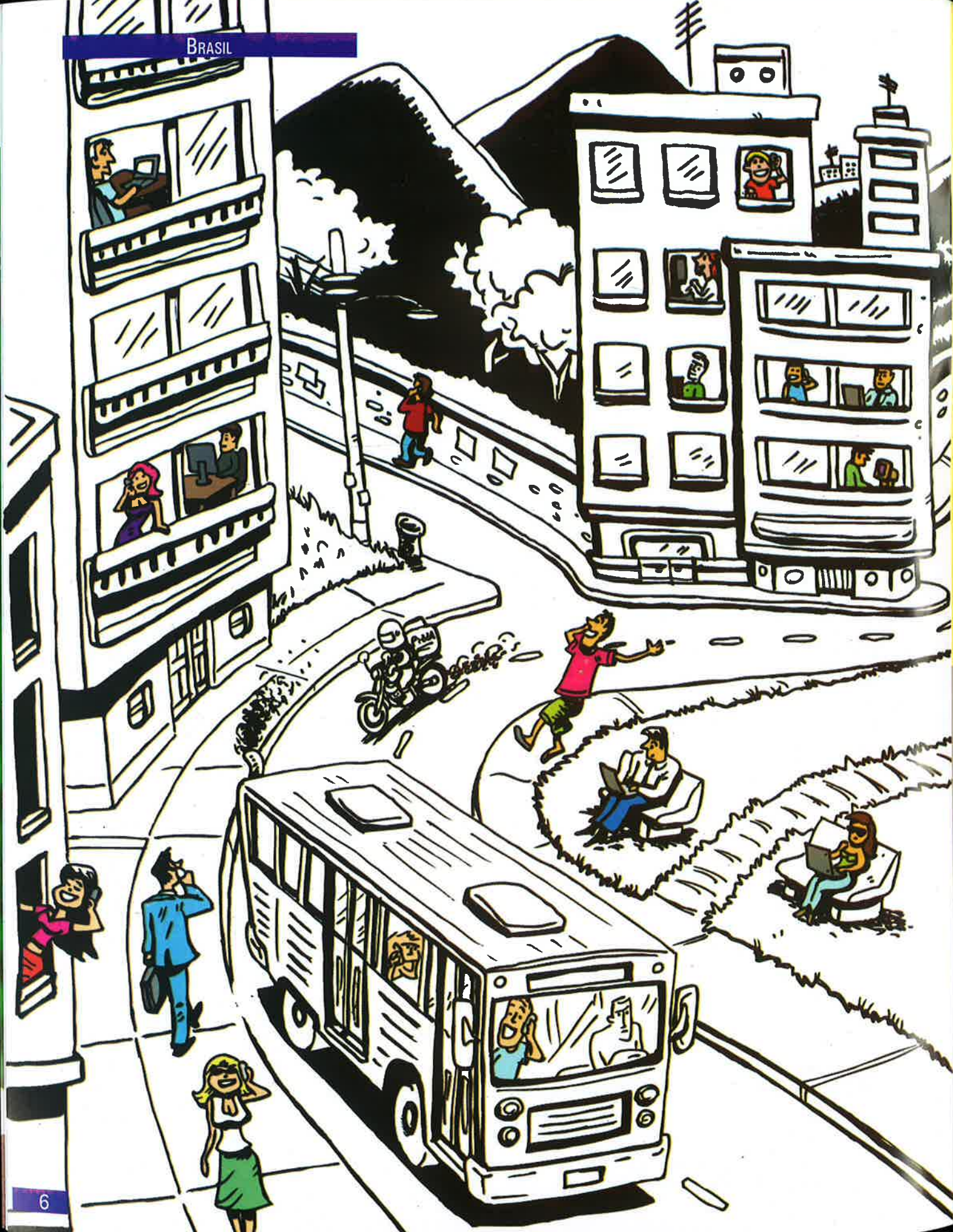
Nesta edição de *Movimento*, trazemos essa discussão, que tem desdobramentos importantes para o nosso País. A UNE tem defendido que 50% dos recursos sejam destinados à Educação, mas também que é preciso ampliar o controle público sobre as reservas, fortalecer a Petrobras e criar uma Nova Lei do Petróleo. Esse é o desafio do Brasil neste momento.

Iniciamos, também, os debates em torno do projeto Brasil 2010, que deverá ser discutido entre todo o movimento social para as eleições do próximo ano. Será um momento determinante para os que acreditam que o Brasil precisa se manter na trilha do desenvolvimento com justiça social e que não pode, de maneira nenhuma, retroceder à agenda neoliberal dos anos 90.

É com este compromisso que a UNE ingressará em 2010: lutar pelo fortalecimento de um projeto nacional de desenvolvimento que conduza o Brasil a dias de muito mais progresso!

Boa leitura,

Augusto Chagas
Presidente da UNE





“TEMOS QUE BANDALARGUEAR O BRASIL!”

Por Renata Mielli

O ano de 1995 é considerado por muitos como o marco do nascimento da internet no Brasil. Na verdade, foi neste ano que as operações comerciais com a rede mundial de computadores começaram a vigorar no País, com o surgimento dos primeiros provedores de acesso e conteúdo.

Para quem nasceu na década de 90 (os nativos digitais), as transformações trazidas pela “www” podem não parecer tão avassaladoras. Mas, para os imigrantes digitais, os que cresceram no mundo analógico, o mundo parece completamente outro. A força das novas tecnologias é tanta, que parte desta geração analógica praticamente deletou

aquela vida sem internet e celular.

Para o doutor em ciência política e professor da Faculdade Cásper Líbero, Sérgio Amadeu da Silveira, a influência da rede na vida das pessoas é fantástica “ela está incentivando uma nova morfologia social, que é a sociedade se adequar principalmente às redes comunicacionais, o que a levaria a se transformar numa sociedade em rede”. Para que isso se efetive, é preciso garantir a liberdade e preservar os direitos do cidadão na internet, além de criar políticas públicas para inclusão digital, ‘bandalargueando’ o Brasil.

Movimento conversou com Sérgio Amadeu, um abnegado

Em 15 anos, a internet mudou completamente a forma de fazer comunicação. Mais, ela alterou comportamentos e influenciou o modo como as pessoas se relacionam. Se por um lado a internet clivou gerações e extratos sociais, criando um novo exército de excluídos – os excluídos digitais –, por outro, ela está permitindo mais integração, encurtando distâncias e está moldando uma nova sociedade: a sociedade digital.

militante do Software Livre, da liberdade na rede e uma referência nacional nos debates sobre internet. Autor de várias publicações, entre elas: *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*, ele tem sido um dos principais articuladores da luta contra o projeto do Senador Azeredo, conhecido como AI5 Digital, que torna várias ações tão comuns na vida do internauta, como baixar um arquivo digital, crime.

"Temos que escrever uma carta de direitos

A internet e as novas plataformas tecnológicas digitais estão alterando a forma como a sociedade se relaciona. Podemos dizer que para além de ser um novo paradigma para a comunicação, estamos vivendo um novo paradigma cultural na sociedade?

Sem dúvida alguma. Quando se afeta em grande escala a forma como as pessoas se comunicam, isso afeta também o comportamento das pessoas, coloca novos modos de observar o próprio território e se cria uma outra experiência junto ao tempo. A internet, por ser uma comunicação em rede, como disse Manuel Castells, está incentivando uma nova morfologia social que já existia, que é a sociedade se adequar principalmente às redes comunicacionais, o que levaria a se tornar uma sociedade em rede. É claro que as práticas de rede são antigas na humanidade, mas é que no final do século XX, se expandem as tecnologias que tornam esse enredamento um elemento mais hegemônico. A comunicação em rede está alterando e vai alterar certamente muito mais o comportamento e isso vai possibilitar novas perspectivas sociais que não necessariamente sejam só boas, elas trazem muitas facilidades, mas criam uma série de novos problemas também.

Fale um pouco sobre algumas dessas mudanças.

Eu acabei de observar a pesquisa Geração Interativa, que perguntou para algumas crianças de 6 a 9 anos se elas preferiam navegar na internet ou assistir televisão. 45% das crianças já falaram que preferiam a

internet. Isso é uma mudança muito grande, porque quando você usa a internet, você tem dificuldade de se colocar como mero receptor. Uma grande discussão no mundo da

Fotos: Arquivo



comunicação de massa era a relação entre produtor e consumidor ou produção e recepção da informação. No caso da internet, isso fica bastante mais complexo. Tanto é que o termo cada vez mais usado para falar de quem está navegando é o termo interagente.

Então conceitos tradicionais da Teoria da Comunicação estão perdendo a validade nesse novo ambiente?

As teorias da comunicação não foram formuladas para

atingir esse ambiente das redes comunicacionais. Não dá para simplesmente dizer que elas foram superadas, uma vez que elas foram formuladas para uma outra realidade. Agora, novas teorias e visões sobre o fenômeno da comunicação em rede estão sendo formuladas, que têm algumas características bem diferentes das teorias para a comunicação de massa. A primeira é que essa comunicação não é unilateral, mas multidirecional. Segundo, ela não é linear, ela é em rede. Essa multidirecionalidade permite a comunicação hipertextual, com várias conexões. A comunicação do rádio, da TV e dos jornais é uma comunicação de baixa interatividade, enquanto a internet é de alta interatividade. E os meios – rádio, jornal, e TV – eram principalmente analógicos, enquanto a internet já nasceu digital. Isso é muito relevante para se compreender a comunicação hoje. Ela é uma metalinguagem que permite traduzir todos os textos em qualquer língua, juntá-los com som e imagem. Toda a produção simbólica, icônica pode ser digitalizada e trabalhada num único meio. Isso é uma novidade na comunicação e que gera uma cultura de recombinação, remixagem muito grande. Tanto é que Willian Gibson – autor de ficção que escreveu *Neuromancer*, em 1984, livro que cita pela primeira vez o termo ciberespaço –, disse mais recentemente que a cibercultura é remixar, ela é um conjunto de práticas recombinantes. Essa comunicação digital muda muito profundamente a forma de produção e distribuição de conteúdos. Outra

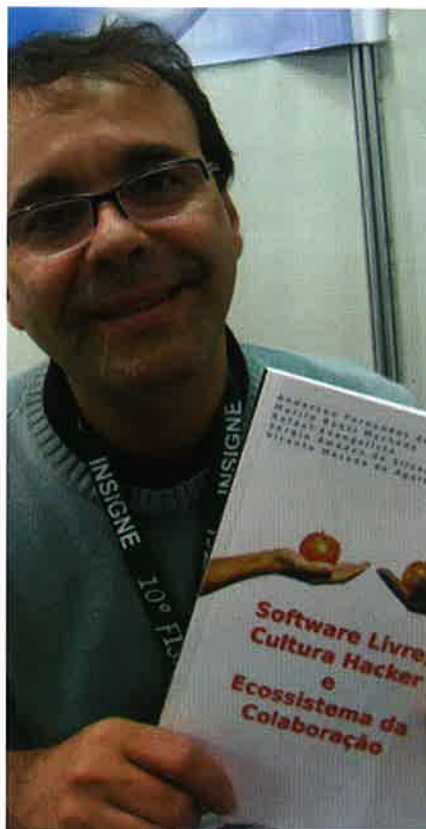
do cidadão para a comunicação em rede”

característica muito forte é que a comunicação que nós tínhamos antes era nacional e local, enquanto a internet não se limita a uma área, ela é uma rede transnacional, que cria muitas possibilidades e novos problemas. Por exemplo, os Estados soberanos têm muita dificuldade de enfrentar um meio sobre as quais eles não têm um controle. Como o que aconteceu no Irã.

É por isso que há países, inclusive o Brasil, querendo restringir a liberdade na internet?

Sim, porque é impossível bloquear uma rede distribuída, que de um ponto se acessa outro ponto em qualquer lugar. E, para ser distribuída, ela é também uma rede de controle e é isso que muitas vezes as pessoas não entendem. Como é possível que uma máquina que esteja no Brasil se comunique com um computador que esteja na Nova Zelândia? Em questão de segundos, abrimos uma página que tem o domínio hospedado na Turquia. Essa possibilidade de fazer um *chat*, de usar o *google talk* e conversar pelo *msn* com uma pessoa que está na Rússia como se ela estivesse na sua frente e numa velocidade extrema, como isso é possível? Exatamente porque a internet consegue localizar o destino da sua informação em alta velocidade e, para isso, ela tem que saber onde a outra máquina está, o que é feito na rede por inúmeros protocolos. Esse mesmo protocolo que permite a grande liberdade de fluxos informacionais é também o que controla tudo. Então, a liberdade que tanto as pessoas ressaltam, convive com todo esse controle e deixa um rastro digital. Por isso,

a internet guardou antídotos a esse controle. E um dos principais antídotos para garantir a privacidade e liberdade é a navegação anônima. Para navegar é preciso ter um



número IP, mas você não precisa vincular seu nome, seus dados a esse número IP. A grande batalha dos setores conservadores é exatamente fazer com que exista um cadastro que vincule as pessoas a um número de IP, que é o número que permite que a máquina se conecte com a internet. Com isso, eles vão atender a dois principais interesses: um interesse político, que a gente chama de biopolítico, de controle das pessoas das mais variadas formas – que são interesses de Estados e grupos políticos mais conservadores.

Atenderá, também, os interesses da indústria de *copyright*. Eles acreditam que, ao identificar as pessoas plenamente, vão conseguir impedir o compartilhamento de arquivos, que segundo essa indústria é o que está tomando renda do cinema, das gravadoras e destruindo a criatividade. Mas veja, uma pesquisa produzida em Havard e divulgada este ano mostrou que nos últimos anos – exatamente nos anos que a chamada pirataria estaria destruindo a criatividade –, nunca se produziu tanto na história da humanidade. A comparação foi feita com anos anteriores da produção cultural de vídeos, de músicas, de obras de arte com a internet. Ou seja, a produção é crescente, inclusive de música. O que nos leva a crer que a internet está ampliando a diversidade cultural ao invés de reduzi-la, como alguns tentam nos fazer acreditar.

Faz sentido lutar por uma regulação da internet?

É preciso que fique claro que a internet é a mídia mais controlada. Agora, o que eu defendo é que precisamos ter alguns direitos e responsabilidades na comunicação. Quando falamos em regular – e neste caso não estamos falando apenas de regular grupos econômicos, como era o caso da *mass media* – é no espírito de assegurar a liberdade de expressão. Só que muitos são contra isso. É preciso haver uma regulação no Brasil que assegure os direitos do cidadão na rede. Inclusive, está em curso no Ministério da Justiça uma consulta pública sobre isso. Nós temos que regulamentar a internet

ATO PÚBLICO**CONTRA O AI-5 DIGITAL**

COM O PROJETO DO SENADOR AZEREDO EM DEFESA DA LIBERDADE E PRIVACIDADE NA INTERNET

PROJETO NO SENADO INVIABILIZARIA REDES ABERTAS

14 DE MAIO
19:00 horas

Audioteca Franco
Assembleia Legislativa

Localização: Assembleia Legislativa
Rua da Bahia, 1341

Contato: (31) 3242-1111

Organização: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

Patrocínio: CIB

Realização: CIB

Assessoria: CIB

Impressão: CIB

Distribuição: CIB

Financiamento: CIB

escrevendo uma carta de direitos do cidadão para a comunicação em rede. E a violação destes direitos é que deve ser considerada crime. Por exemplo: eu tenho o direito de não ter o meu computador invadido e vasculhado por quem quer que seja, a não ser por ordem judicial, certo? Mas isso é complicado de escrever desta forma, porque isso inviabilizaria, por exemplo, o DRM, que é o gerenciador de direitos digitais. Na verdade, são várias tecnologias e uma delas vem embutida no sistema operacional mais usado aqui (Windows) que tem um módulo de DRM que pode ser acionado remotamente pela empresa quando você estiver na internet. Ele vai entrar no seu computador e ver, por exemplo, se o seu software é licenciado ou não. Isso é uma invasão, é como eu entrar na sua casa sem ordem judicial. Outro direito é o de navegar sem ser vigiado. Temos o direito de andar na rua sem que as pessoas fiquem vigiando o tempo todo. Aliás, se você vir uma pessoa te seguindo na rua você pode até chamar a polícia. Só que tem alguns políticos, como o Senador Azeredo, que se acham no direito de ficarem observado o que você faz no Twitter, o que você compra no Submarino, o que você faz no Google. Estes dados

são super sensíveis e precisam ser protegidos. Precisamos defender a navegação sem vigilância, ou dito de outra forma, as pessoas têm direito a navegação anônima, como elas têm o direito de anonimamente andar na rua até para se protegerem.

E qual o caminho para se alcançar esses direitos?

Eles deveriam ser votados em lei de quórum elevado, como lei complementar, para que estes deputados que são saudosos da indústria cultural, ou que prestam *lobby* para a indústria de *copyright* parem de fazer leis absurdas para a internet, como, por exemplo, que para navegar seja preciso se inscrever com nome e RG. Tem um deputado de São Paulo que copiou a lei do Sarkozy [presidente da França], aquela que no Brasil é inconstitucional, pela qual se você fizer P2P você será desconectado da internet. Todas essas tentativas de violação de direitos da população poderão ser minimizadas quando fizermos um regulamento civil da internet, que garanta que possamos estar na rede criando conteúdos, tecnologias e formatos sem a necessidade de autorização. No mundo da *mass media* não se criava tecnologia toda hora. Agora, isso coloca em cheque o modelo



de negócios deles. Por exemplo, alguns jovens criaram o voz sobre IP, isso tirou renda das indústrias de telefonia no mundo. Se fosse preciso ter autorização para fazer isso, não seria possível criar essas tecnologias. Se aprovarmos uma lei que preveja estes direitos no Brasil, isso pode ser positivo internacionalmente, os vários países perceberem que estão na contramão.

Se por um lado a internet traz todas essas possibilidades, ela traz também uma nova forma de exclusão. Como fazer para a universalização do acesso se tornar uma realidade?

A exclusão digital representa hoje um bloqueio ao direito humano à comunicação, que hoje é feito pela internet. Isso pode ser enfrentado com políticas públicas. Uma das tecnologias mais antigas da humanidade é a alfabética, e mais de 2 mil anos depois nós ainda temos mais de 14 milhões de analfabetos no Brasil. Então, não é como alguns dizem: “deixa com o mercado que o acesso vai caindo de preço e um belo dia toda a sociedade estará usando as redes”. Isso é uma visão que aposta tudo no determinismo tecnológico e nas forças de mercado. Estar conectado é importante para que as pessoas possam se comunicar

nas redes, mas também para que o País tenha mais possibilidades econômicas. O Banco Mundial soltou uma pesquisa mostrando que a banda larga gera crescimento econômico. É preciso, então, políticas públicas que prevejam a conexão de todas as cidades e de toda a periferia em banda larga. Isso começou a ser feito na gestão do presidente Lula, mas ainda não é considerada uma questão estratégica. É preciso haver redes públicas de comunicação que não estejam sob o controle das empresas de Telecom, que atualmente dominam essa estrutura de comunicação para evitar que haja um controle muito grande dos aplicativos e para evitar a concentração de um poder comunicacional muito grande em torno de poucos, o que pode ser muito perigoso. Por isso, o País precisa ter cooperativas de conexão, modelos híbridos e públicos – não necessariamente estatais – que consigam competir com esses grandes grupos que controlam a infraestrutura de rede. Precisamos de uma política articulada, como disse o músico e ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, temos que bandalargar o Brasil. E é isso mesmo. Mas, infelizmente, o ritmo ainda não é adequado. É preciso cobrar dos municípios que eles criem telecentros, mas também que eles abram o sinal *wireless* na cidade, o que pode ser feito num custo muito baixo. Já há várias cidades que ganharam o selo de cidades digitais fazendo isso. Agora, como o Brasil é muito pobre, só isso não adianta, precisamos ter telecentros com acesso gratuito e criar uma linha de crédito para os pequenos empresários que montam *lan-houses*, porque é muito importante ampliar as possibilidades de acesso com várias ações que componham uma política de inclusão digital.



PROJETO

Brasil

Em 2010, os movimentos sociais têm a responsabilidade de discutir com a sociedade um projeto que reúna as propostas necessárias para o Brasil avançar no caminho do desenvolvimento.

Por **Fernando Borgonovi**

As antessalas das sedes de governo já vivem o tumulto das sucessivas reuniões. Os “cafezinhos” da Câmara e do Senado ficam ainda mais congestionados, em contraste com seus respectivos plenários. As eleições de outubro de 2010 se aproximam e, com isso, esquentam as articulações políticas para viabilizar alianças e candidatos.

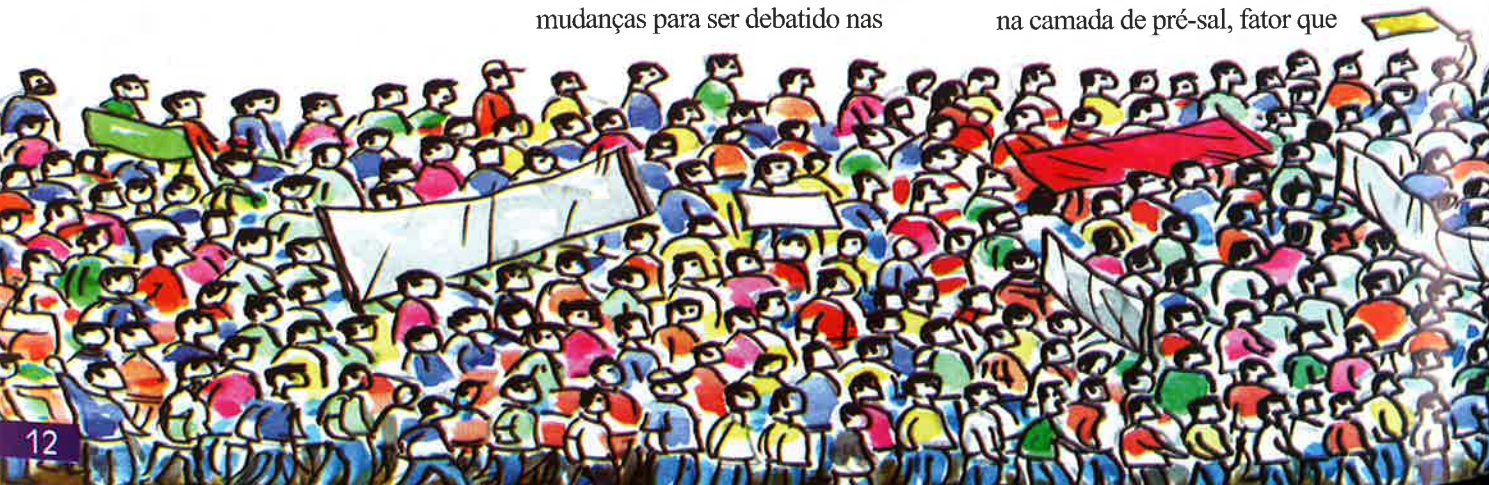
Neste ambiente de bastidores, em que a primazia tem sido o debate de nomes e composições partidárias, os movimentos sociais chamam para si a responsabilidade de fazer a discussão de projetos para a nação. “O Brasil vive um momento positivo, uma janela de oportunidade para que finalmente deixe de ser uma promessa e se torne uma realidade – um País mais desenvolvido, soberano e socialmente justo. Essa oportunidade não pode ser desperdiçada, daí a necessidade de se construir um programa de aprofundamento das mudanças para ser debatido nas

próximas eleições”, afirma Augusto Chagas, presidente da União Nacional dos Estudantes.

O papel de mais destaque na cena global que o Brasil alcançou é fruto de uma conjunção de fatores, internos e externos. O crescimento econômico experimentado nos últimos anos, aliado às políticas sociais, tirou milhões de pessoas da extrema pobreza e aqueceu o mercado interno, fator que acabou sendo fundamental para o enfrentamento da crise internacional. A aposta na diversificação de parcerias comerciais com outras nações em desenvolvimento e o esforço de integração latino-americana também contribuíram para que o Brasil esteja menos dependente dos países ricos, em especial dos EUA.

Agenda econômica e social

Acrescente-se a isso, a descoberta de vultosa reserva petrolífera na camada de pré-sal, fator que



multiplicou o potencial energético brasileiro e a riqueza daí gerada.

No entanto, nem só de flores está polvilhado o caminho brasileiro. Existem demandas históricas que, se não enfrentadas, poderão colocar em risco a oportunidade de o País dar um salto. “Não teremos avanços sem resolver os problemas históricos do povo, com a implementação de um modelo econômico voltado para atender o mercado interno, com aumento do salário mínimo, realização da reforma agrária, universalização da educação em todos os níveis e o fortalecimento do SUS”, aponta João Paulo Rodrigues, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na mesma linha, o presidente da UNE aponta eixos que necessariamente devem pautar o debate de um projeto para o Brasil. “Os bilhões que ainda pagamos em juros, o setor bancário que consegue lucros exorbitantes. É preciso inverter isso, valorizar o trabalho, gerar emprego, reduzir a taxa de juros e a meta de superávit. Outro elemento que não fomos capazes de enfrentar e temos que fazê-lo é a concentração dos meios de comunicação, pois hoje esses monopólios de mídia ditam a pauta nacional, têm um poder desmedido”, diz.

Augusto elenca números vergonhosos da educação para destacar que a defasagem da área a coloca como prioridade. “Ainda existem quatorze milhões de analfabetos, a média de sete anos de escolarização é baixíssima, os jovens com acesso à universidade não chegam a 14% do total. Menos de 30% das escolas têm laboratórios e quadras esportivas”. Para enfrentar tais problemas, a UNE lançou campanha para que 50% dos recursos do Fundo a ser criado com a exploração do pré-sal sejam destinados ao financiamento da educação. “O pré-sal coloca para nosso futuro uma outra perspectiva. Vamos lutar para utilizar essa riqueza em favor dos interesses nacionais e a educação é um elemento decisivo para o País”, completa. (Leia mais na página 15)

Projeto Brasil

Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na Coordenação

dos Movimentos Sociais, o dirigente sindical Antônio Carlos Spis acredita que as bandeiras levantadas no “Projeto Brasil”, à época da reeleição de Lula, continuam no centro das reivindicações populares. “O conteúdo daquele projeto ainda é muito atual, faz uma crítica contundente à política econômica, cobra uma série de medidas não atendidas pelo governo”. Os pontos do programa serão revisitados pela CMS no próximo período, quando os movimentos buscarão unificar agendas e mobilizações.

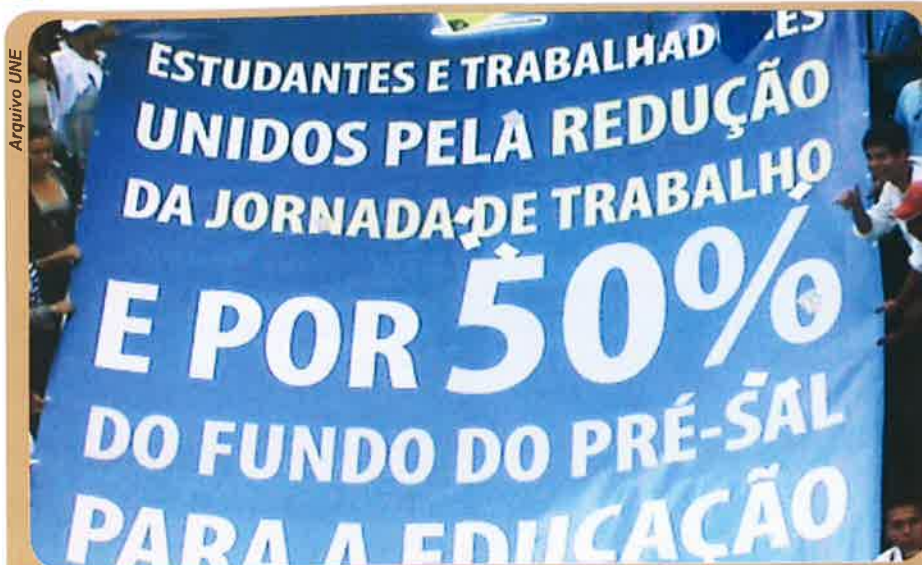
Carlos Rogério Nunes, diretor de políticas sociais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), destaca a política de valorização do salário mínimo como um avanço conquistado e aposta na redução da jornada de trabalho sem



redução de salários como a prioridade a ser perseguida. “A redução criaria mais de dois milhões de empregos e mais oportunidades, em particular para os jovens que entram no mercado de trabalho. Poderia liberar mais tempo para cultura, lazer, qualificação profissional e pessoal. Trabalhar menos para que todos trabalhem é o lema do sindicalismo”.

Já Wanderley Gomes da Silva, da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), alerta para a resistência de setores privilegiados a uma agenda progressista e levanta a necessidade de democratizar mais os espaços políticos como um objetivo central. “É uma tarefa imperiosa mudar a composição do congresso nacional, que é muito conservador. Porque muitas dessas reformas progressistas precisam mudar o ordenamento jurídico e só é possível fazer isso com um Congresso de composição mais avançada, antenado com os anseios do povo”, afirma. “Os movimentos sociais precisam travar essa luta através da mobilização da sociedade brasileira, com debate aberto e luta política e social”.

O líder do MST concorda: “o papel dos movimentos sociais é organizar o povo pobre e fazer lutas sociais contra os inimigos da classe trabalhadora. Temos esse papel antes, durante e depois das eleições”. João Paulo considera prematura a discussão sobre candidaturas no momento e quer que as propostas ganhem mais relevo na sucessão. “Em vez de cair nessa especulação em relação a nomes, devemos é abrir um debate sobre um projeto para o País, os problemas do povo e as medidas necessárias para resolvê-los”. Nada melhor, portanto, que esse diálogo não se restrinja aos corredores acarpetados e ganhe às ruas o quanto antes.



UNE marca presença na marcha das centrais sindicais em Brasília. Nov/2009

UNE teve papel destacado na construção do Projeto Brasil

A atenção aos grandes temas nacionais sempre foi uma característica da atuação da UNE, pois a tradição do movimento estudantil brasileiro é ligar as demandas específicas aos processos gerais do desenvolvimento soberano da nação.

Em 2006, a UNE e outras entidades que compõem a CMS – articulação de movimentos sociais que visa unificar as lutas populares para impulsionar mudanças no País – elaboraram o Projeto Brasil para influenciar o debate político nas eleições. O projeto foi uma espécie de carta compromisso a ser apresentada aos presidentiáveis do campo popular, elencando propostas avançadas para áreas estratégicas, como economia, saúde, educação, reformas agrária e urbana.

A representante da UNE na CMS na época e posteriormente eleita presidente da entidade, Lúcia Stumpf destaca a importância daquela ação para impulsionar o debate e

dar mais protagonismo aos movimentos sociais no processo eleitoral. “O Projeto Brasil foi aprovado no Fórum Social Brasileiro, forjou a unidade de uma série de entidades e diferentes segmentos sociais para lutar por um País mais justo e desenvolvido, evitando o retrocesso da volta dos neoliberais e apontando avanços significativos. Avanços que ainda devemos lutar para conquistar”.

Antes das eleições de 2006, a UNE já marcava sua atuação pela participação ativa no debate de propostas para o Brasil nos períodos pré-eleitorais. Em 2003, a entidade realizou o Seminário Repensando o Brasil, que contou com a participação de parlamentares, intelectuais e acadêmicos de várias áreas para discutir um projeto alternativo ao neoliberalismo aplicado pelos 8 anos de governo FHC no País. Dos debates desse seminário resultou uma Carta Compromisso que foi entregue aos presidentiáveis daquele ano.

O Pré-Sal é Nosso!

Por Sandra Cruz

Roque JR



Passeata na Esplanada dos Ministérios realizada durante o Congresso da UNE

Desde o anúncio da descoberta de uma riqueza inexplorada nas profundezas submarinas da costa brasileira, vivemos um momento sem igual. A esperança e o desejo de um povo ver seu País desenvolvido e soberano se concentram nos recursos que serão levantados com a exploração do petróleo existente na camada pré-sal. Ou melhor, em como eles serão aplicados. A diminuição do abismo social que exclui milhões de brasileiros é um grande desafio e as apostas para mudar essa realidade estão nesse “bilhete premiado” que fica em uma área de 800 quilômetros de extensão, desde Santa Catarina até o Espírito Santo.

O governo já explicitou a vontade de priorizar a área social e a inovação tecnológica para aplicar os recursos provenientes do pré-sal – investindo ainda na modernização da própria indústria petroleira. Espera-se que sejam executadas políticas sociais e de desenvolvimento, comprometidas com a redução da desigualdade social e da pobreza.

Com base nos poços perfurados e testados até agora, o governo estima volumes expressivos. Na Bacia de Santos, por exemplo, os estudos apontam que na área de Tupi as reservas fiquem entre cinco e oito bilhões de barris de óleo (o chamado “equivalente”, que é o óleo mais gás natural). Já o poço de Guará pode guardar até dois bilhões de barris de petróleo leve e gás natural. Para se ter uma ideia, o potencial petrolífero das camadas localizadas sete mil metros abaixo do nível do mar naquela área é tão elevado que pode multiplicar por cinco nossas atuais reservas (de 14,2 bilhões de barris passando a 70 bilhões).

Para a União Nacional dos

Estudantes, essa riqueza que pode transformar o País em um dos maiores produtores e exportadores de petróleo no mundo é um patrimônio que deve servir exclusivamente aos interesses da Nação. “É uma imensa fortuna. Como garantir que ela permaneça nas mãos dos brasileiros? Esse é o debate fundamental: o que fazer com os recursos provenientes da exploração da camada pré-sal”, aponta Augusto Chagas, presidente da UNE.

Em debate no Congresso

Algumas características tornam ainda mais especial a descoberta: além da quantidade abundante, existe o baixo risco exploratório e a qualidade superior do produto, que fazem com que esse “ouro negro” tenha papel estratégico para o País. Isso motivou o governo federal a lançar no final de agosto um novo marco regulatório que define a exploração do petróleo concentrado nas áreas do pré-sal.

O poder Executivo enviou para votação no Congresso quatro Projetos de Lei que determinam novas regras. O primeiro altera o modelo de contrato da exploração - que passa a ser pelo sistema de partilha, não mais concessão (PL 5938/09); outro cria uma nova estatal como a controladora do pré-sal, a PETRO-SAL (PL-5939/09). Há também um PL que prevê a capitalização da Petrobras dando condições para o aumento da participação do Estado na empresa (5941/09) e, finalmente, o projeto que mais chama a atenção da sociedade e dos movimentos sociais: aquele que cria o Fundo Social (PL-5940/09). Toda a remuneração do excedente em óleo extraído – menos os dividendos da operadora e da empresa vencedora

Roque JR

do leilão - irá para esse Fundo. O texto do projeto especifica que esse montante tem a “finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental”.

De olho no futuro

Justamente pelo Fundo Social (FS) nascer predestinado a diferentes áreas, é natural que agora a disputa seja pela maior fatia desse bolo. “Essa proposta toma uma nova dimensão na luta política no Brasil”, declara o presidente da UNE. Nesse momento, a entidade – legitimada por protagonizar a campanha ‘O Petróleo é Nosso’ –, passa a defender que 50% do Fundo Social sejam destinados à Educação. “O investimento em educação é a única política pública efetiva para diminuir as desigualdades sociais do País” diz Chagas, lembrando que o petróleo é recurso finito, por isso é tão importante aplicá-lo estrategicamente, de modo que sirva às futuras gerações. A entidade afirma que a educação brasileira precisa de uma transformação profunda, capaz de mudar a dura realidade do Brasil, que contabiliza 14 milhões de analfabetos, uma média de escolarização baixa – de apenas sete anos -, onde os profissionais do ensino público são mal remunerados e contam com a precária infraestrutura das escolas.

“O Brasil precisa investir mais no que ficará de herança para o futuro, que não é de cunho imediatista, com vida curta”, concorda o presidente da União Brasileira dos Estudantes



Estudantes levantam a bandeira da soberania nas discussões do Pré-Sal

Secundaristas (UBES). “Precisamos consolidar os avanços sociais como políticas de Estado e ampliá-los e, para isso, o item mais importante é a Educação”, defende Ismael Cardoso. Segundo a UBES, este recurso deverá estar, antes de tudo, garantido em lei e vinculado diretamente ao Ministério da Educação.

A entidade que representa os estudantes secundaristas hasteou a bandeira dos 50% do Fundo Social para a Educação em seu 12º Conselho Nacional de Entidades (CONEG), realizado em outubro. Na ocasião, a UBES aprovou a “Carta Monteiro Lobato”, batizada em homenagem ao primeiro intelectual e escritor a defender a existência de petróleo no País. O documento lembra que a educação que temos está longe daquela que os estudantes brasileiros querem, e Cardoso arremata: “com esta conquista, podemos até superar o patamar de 10% do PIB na

educação, reivindicação histórica do movimento estudantil”.

Sustentabilidade

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) defende que boa parte dos recursos seja aplicada na área de meio-ambiente e preservação. “Pensamos que 5% devem ser destinados ao meio-ambiente, não só para minimizar os impactos do produto fóssil, mas para estudar e desenvolver matrizes energéticas alternativas. O restante iria para as áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde, previdência e reforma agrária, mas não temos uma posição definida quanto a essa partilha”, declara Paulo César Martin, diretor da entidade.

A proposta da UNE, que reivindica 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a Educação, também contempla a preocupação com o investimentos em

tecnologias limpas e renováveis, que substituam o petróleo ao longo do tempo.

Controle Social

A FUP apresentou a parlamentares um projeto de lei dos movimentos sociais, que fala do controle público e social do petróleo e gás natural. “Em nosso PL haveria um ano de prazo para se estabelecer a divisão do Fundo, assim como a criação de um conselho com representantes dos trabalhadores, dos movimentos sem terra, dos estudantes (no caso a UNE) entre outros”, disse

Martin, se referindo a um comitê gestor que definiria os percentuais. “Mas não há dúvida de que educação e ciência e tecnologia são prioridades”, acrescentou.

Questionado sobre qual deve ser o destino dos recursos, o presidente da comissão da Câmara dos Deputados responsável por avaliar o projeto de lei que cria o Fundo Social defende a proposta da UNE, afirmando que o investimento em Educação é que será capaz de transformar o futuro. Assim como a aplicação na área de ciência e tecnologia, completou o deputado Rodrigo Rollemberg

(PSB-DF). “Quando conseguirmos educar bem uma geração, os benefícios retornarão em um padrão elevado, multiplicado. Acredito que mais recursos para essas áreas criam um círculo virtuoso”, arrisca Rollemberg mencionando que com educação de qualidade haverá profissionais mais capazes de desenvolver novas tecnologias, agregando mais valor à nossa produção. “O FS deve ser transformado em um instrumento de transição de uma economia tradicional para uma economia verde”, acrescentou, lembrando a importância de ampliar mais nossas matrizes energéticas, o que colocaria o Brasil na vanguarda nesse setor.

Defensor de que os valores do Fundo Social sigam para a Educação e melhoria da qualidade de vida da população, o deputado, também integrante da frente parlamentar em defesa da Petrobras, comentou que a comissão que preside teme o perigo da pulverização dos recursos, caso as regras não sejam claras na divisão dos investimentos.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, afirma que o projeto do governo já tem as amarras necessárias para evitar a dispersão de recursos. “Não se deveria engessar o Fundo, porque ele tem duas governanças. Uma interna, por um comitê gestor; outra, o Congresso, que será chamado a opinar. Os recursos do Fundo terão que ser investidos por meio da lei orçamentária. Além disso, tanto na Educação, quanto na Cultura, nós temos os planos nacionais decenais. Nós temos as diretrizes e metas estabelecidas na lei, e os recursos para financiá-las. Na minha opinião, é a combinação perfeita”, tranquilizou.



Garantir a destinação de parte dos recursos do fundo social para a Educação é a luta da UNE

A riqueza do Brasil para os brasileiros

Surgida com a campanha “O Petróleo é Nosso”, capitaneada pela UNE, a atual Petrobras não pode ser considerada uma companhia estatal. Somente 39% das ações da companhia estão em poder do Estado. Por isso o anúncio do lançamento de um novo marco regulatório para a exploração do petróleo das áreas do pré-sal é tão significativo para a juventude, que se une aos outros movimentos sociais na briga pela garantia de que a riqueza esperada fique com a Nação. “Queremos ficar com uma parte maior dos recursos do petróleo”, declarou a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em entrevista para o jornal britânico *Financial Times*, no início de setembro. Dando razão à nossa luta por um novo modelo regulatório, a ministra chegou a dizer que ele “é um passaporte para acabar com a desigualdade no País”.

O presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Haroldo Lima, disse que os quatro projetos de lei são um esforço do governo para evitar que nossa nação seja afetada pela doença do petróleo, como aconteceu na Holanda nos anos 1970. Na época, capitalizada pela descoberta de jazidas de petróleo, os Países Baixos acabaram desnacionalizando sua produção e, por consequência,

desequilibrando a balança comercial, ficando extremamente vulneráveis às oscilações da moeda estrangeira (dólar). “O modelo de concessão só existe em países com baixas reservas. Onde sabemos que há uma grande quantidade do produto, adotaremos a partilha, pois esse sistema permite que o controle da produção fique aqui dentro”, justificou Lima. “Com a partilha nós é que vamos sintonizar o ritmo de exploração do petróleo com o desenvolvimento do País. Assim, haverá equilíbrio entre o avanço da indústria e o ritmo da extração”, esclareceu.

É do Brasil!!!

Augusto Chagas, presidente da UNE, alerta que “ampliar a participação do Estado na Petrobras - para garantir um maior controle dos recursos provenientes do pré-sal no País, em benefício de um projeto nacional de desenvolvimento - é uma das questões que a UNE considera mais importante”, afirmou mencionando o projeto que admite a capitalização da Petrobras, de modo que o Estado tenha chance de ampliar (e porque não, recuperar) o controle acionário da empresa.

A aprovação do novo marco regulatório é fundamental para que a Petrobras fique mais forte



e, como disse o presidente Lula no lançamento, para que a União possa ser “dona do petróleo, para que se possa criar um fundo que melhore a vida do brasileiro”.

O petróleo do pré-sal é a grande oportunidade para o Brasil encerrar seu histórico de ciclos de desenvolvimento que por séculos não passaram de uma euforia inicial, nos quais a riqueza gerada nunca foi distribuída. É o momento de o País conquistar sua emancipação, como Nação democrática, justa e soberana.



UM FUTURO IGUAL NUM PAÍS VERDE E AMARELO

Por Renata Mielli

Desde setembro, mais precisamente desde o 09 de setembro de 2009, o Brasil deu um passo significativo no sentido de aprovar um conjunto de mecanismos legais para organizar e articular as ações que objetivam aplicar políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnico-raciais ainda existentes no País. Nesta data, a Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto da Igualdade Racial.

Para o diretor de Combate ao Racismo da UNE, Clédison “Jacaré” Júnior, um dos principais avanços do Estatuto é desmistificar a ideia de que há igualdade racial no Brasil. “A partir de agora, o Estado brasileiro reconhece as desigualdades existentes nas relações raciais entre brancos e negros e cria dispositivos legais para tratar tais distorções, garantindo assim o processo de inclusão”, afirmou em artigo publicado no portal da entidade.

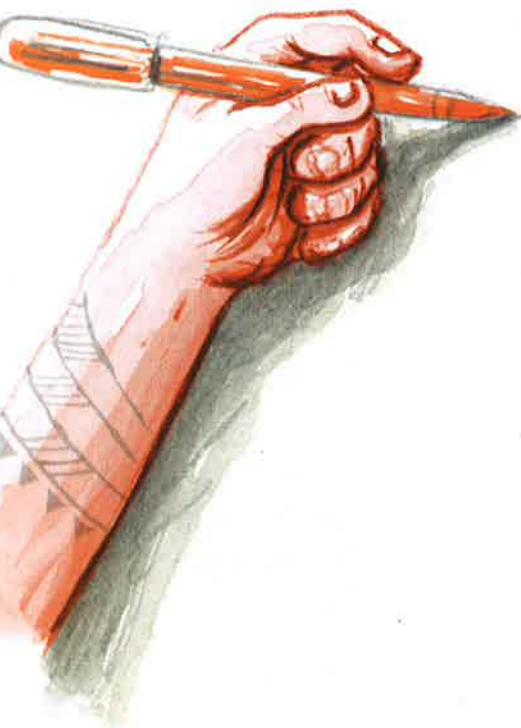
O Estatuto cria o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) e prevê recursos no orçamento da União para financiar as políticas afirmativas que possam contribuir para promover a igualdade de forma transversal – ou seja, nas áreas

de educação, cultura, esporte e lazer, saúde, trabalho, meios de comunicação, moradia, acesso à terra, segurança, acesso à justiça.

Na educação, avanços e recuos

O processo de debate que resultou na versão final aprovada pela Câmara foi longo e deixou aspectos importantes para serem enfrentados no futuro. É o caso das cotas raciais para o acesso à universidade pública, que não está entre os itens aprovados. O argumento foi o de que, independente do Estatuto, já há em tramitação no Senado um Projeto de Lei Complementar (PLC 180/2008) que trata especificamente sobre a instituição de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas.

Sobre este aspecto, Clédison é taxativo: “Avaliamos que as reservas de vagas com recortes raciais deveriam ser contempladas pelo estatuto. Não avançaremos no processo de democratização do Ensino Superior se essa disposição não tiver um caráter legal, um marco regulador. Não nos é suficiente aprovar incentivos para contratação de negros e negros para



OS PRINCIPAIS PONTOS DO ESTATUTO:

Comunidades quilombolas - O texto aprovado reafirma o princípio constitucional de que os moradores das comunidades remanescentes de quilombos têm direito à propriedade definitiva das terras.


Cultura - O Poder Público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio cultural. A capoeira, por exemplo, passa a ser reconhecida como desporto nacional ao ter a garantia de registro e proteção, em todas as suas modalidades.

Descentralização das políticas públicas - O texto institucionaliza o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), coordenado pela Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Dentre os estados e municípios, mais de 500 já aderiram ao Fórum. A adesão implica na criação de órgãos locais para cuidar exclusivamente da igualdade racial. Assim, o Fórum estimula a disseminação de políticas de igualdade racial por todo o País. Estados e municípios participantes do FIPIR têm prioridade no recebimento de recursos de programas desenvolvidos pela SEPPIR e ministérios parceiros.

Direitos políticos - Cada partido político ou coligação deverá reservar o mínimo de 10% de vagas para candidaturas de representantes da população negra.

Justiça e segurança - O Poder Público Federal instituirá, na forma da lei, e no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo, ouvidorias permanentes em defesa da igualdade racial. O texto prevê ainda atenção às mulheres negras em situação de vulnerabilidade, garantindo assistência física, psíquica, social e jurídica. Para a juventude, prevê que o Estado implementará ações de ressocialização e proteção de jovens negros em conflito com a lei e expostos a experiências de exclusão social.

Meios de comunicação - Na produção de filmes, peças publicitárias e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, racial e artística. Além disso, os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.



o mercado de trabalho, entendendo que não serão alterados os postos de trabalhos que historicamente foram reservados à população negra, como porteiros, motoristas, seguranças e serviços domésticos. Precisamos, sim, é alterar a posição social, empoderar a população negra. Garantir o direito a uma disputa digna e justa a diversos postos do mercado de trabalho inclusive os de direção”. E, para isso, é indispensável que a população negra tenha acesso ao Ensino Superior.

Se a questão das cotas representou um recuo, de outro lado a inclusão da disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil” de forma obrigatória no currículo do ensino fundamental e médio, público e privado foi um importante avanço.

De maneira geral, os 70 artigos do Estatuto criam ou ampliam vários direitos nas áreas econômica, social, política e cultural. Agora, o texto aprovado pelos deputados volta para a Casa de origem: o Senado Federal. A expectativa é que a proposta seja apreciada pelos senadores e sancionado pelo presidente Lula em breve.

O avanço da presença norte-americana em território latino traz insegurança e provoca o repúdio de governo e dos povos da região.

Por Joana Rozowykiat

Não às bases militares dos EUA na Colômbia

O retorno a Honduras do presidente deposto Manuel Zelaya terminou por colocar em segundo plano um tema tão delicado quanto o golpe no país centro-americano: o acordo entre Estados Unidos e Colômbia, que ampliará a presença militar norte-americana na América Latina.

Num momento em que o continente experimenta relevantes mudanças geopolíticas, com a ascensão de governos progressistas, a iniciativa é apontada como uma ameaça latente à soberania na região.

EUA e Colômbia afirmam que o pacto militar tem como objetivo combater o narcotráfico, mas analistas e governantes advertem que se trata de um movimento para manter a vigilância e o controle no continente e semear conflitos que possam minar o processo de integração regional.

Embora o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, tenha se negado a fornecer detalhes sobre o acordo, já se sabe que ele inclui a possibilidade de os EUA utilizarem, durante 10 anos, até sete bases em território colombiano - três bases da Força Aérea, duas do Exército e duas navais. Os aviões ali instalados terão grande autonomia de voo, podendo alcançar praticamente qualquer ponto da América Latina.

Com um investimento de US\$ 5 bilhões, o pacto autoriza a presença, nessas bases, de 800 militares norte-americanos e mais 600 civis - os conhecidos mercenários, com status jurídico que escapa à regulamentação dos direitos Penal e de Guerra. Em contrapartida, a Colômbia teria preferência na compra de armamentos dos EUA e ajuda financeira para modernizar bases militares.

A notícia do pacto provocou forte repúdio na região. Governan-

tes chegaram a solicitar que Uribe assinasse um documento, garantindo que as bases não serão utilizadas contra países vizinhos. A resistência do colombiano em firmar o compromisso ampliou ainda mais as desconfianças sobre o propósito da “cooperação” militar.

A preocupação é de que o imperialismo dos EUA esteja compensando militarmente seu declínio em influência e peso econômico na América Latina, significando um novo capítulo da intervenção estadunidense para frear o avanço de governos progressistas.

Afinal, o histórico de intervenções dos EUA na América do Sul ainda pesa contra o país, que patrocinou várias ditaduras no continente. Mais recentemente, a invasão ao Iraque - para buscar armas químicas que nunca foram encontradas - ajuda a entender o espírito belicista norte-americano e seu *modus operandi*.

Reação à soberania regional

Para o jornalista Igor Fuser, tanto a instalação das bases na Colômbia quanto a reativação, ano passado, da Quarta Frota da Marinha de Guerra dos EUA, em águas do Atlântico próximas à América Latina, são parte de um processo de reafirmação da hegemonia estadunidense.

“Essa é uma reação ao processo de autonomia crescente dos governos em relação aos EUA. A América Latina sempre foi tratada como o quintal dos Estados Unidos, mas, pós anos 90, o continente começou a dar sinais que não quer mais isso”, disse Fuser.

São movimentos no sentido da ampliação da autonomia e de rejeição do “projeto de anexação política e econômica” como era a Alca. Ao mesmo tempo, o

continente passou a buscar uma integração regional sem os EUA, com iniciativas como a Unasul, a Alba, o Banco do Sul, o Conselho de Defesa e a intenção de criar uma moeda regional para substituir negociações em dólar.

“O acordo com a Colômbia é sinal de que os EUA não perderão sua hegemonia passivamente,” avalia Fuser. Pare ele, essa é uma mensagem principalmente à Venezuela, que enfrenta de forma direta os Estados Unidos, mas também ao Brasil, “que desponta como único país com capacidade de exercer uma liderança regional”.

Fuser defende que a presença militar no continente pode significar ameaças a curto e longo prazo. “A tentativa de golpe na Venezuela, em 2002, serve de referência. Podemos imaginar que, em uma nova situação de crise, os EUA poderiam intervir e o desfecho, desta vez, não ser tão feliz,” exemplifica.

De olho nos recursos da região

Igor Fuser, contudo, pontua que a investida dos EUA é também um investimento para o futuro. “Há uma disputa global por recursos energéticos, onde o Brasil entra como ator de destaque”, lembra.

A presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) e do Conselho Mundial da Paz, Socorro Gomes, também associa o acordo militar à cobiça pelos recursos da região. “Isso acontece quando o Brasil descobre petróleo na camada pré-sal e a Venezuela também encontra mais reservas. Não podemos esquecer que o Brasil tem a maior biodiversidade do planeta, uma grande quantidade de água e de minérios”, coloca.

De acordo com Socorro, o obje-

tivo das novas bases é “intimidar e conter a luta dos povos, a soberania e a integração regional”. Para ela, o acordo militar não é uma preocupação retórica: “São armas norte-americanas dirigidas contra nossas nações. É como se houvesse um revólver apontado para nossa cabeça. Qual é a ameaça? Realmente ainda não atiraram, mas a arma está lá”, declarou.

O Cebrapaz encabeça uma campanha internacional de denúncia da presença estadunidense na região, solicitando um plebiscito para que as nações latino-americanas decidam se querem ou não a

instalação de novas bases dos EUA no continente.

Estratégia para provocar conflitos internos

Professor da USP, André Martin acredita que há duas questões a serem levadas em conta no pacto entre Colômbia e EUA. Segundo ele, a iniciativa seria a compensação, para o público interno dos EUA, a um “apaziguamento” na política agressiva do país para nações como Irã, Rússia e Coreia de Norte. “É mais uma política de aparência, para compensar uma redução na agressividade e prepotência dos EUA em outras partes”, avalia. O professor também crê que os EUA querem atingir a Unasul e o Brasil.

Para Martin, a essência do pensamento norte-americano é não deixar que potências emergentes,

como o Brasil, cresçam. O acordo com a Colômbia serviria aos propósitos de criar conflitos entre países da região, para que a integração não tenha sucesso, e constranger o Brasil. “Essa questão acirra o embate entre pró-americanos e contrários aos EUA. E o Brasil fica em uma posição intermediária”.

O professor avalia que pode haver um desentendimento futuro entre EUA e Brasil, no que diz respeito à legislação do território marítimo. “Os EUA podem dizer que algumas reservas estão em território internacional. Aí não tenha dúvida. Ter a Quarta Frota na América do Sul não é confortável. É fator de atrito”, conclui.

Martin lembra que, com a desativação, no fim dos anos 90, das instalações militares do Canal do Panamá, e, recentemente, da Base de Manta, no Equador, os EUA perderam influência e capacidade logística na região.



Para compensar, recorreram ao maior aliado geopolítico na área, Álvaro Uribe. A Colômbia é hoje o quinto país com o qual os EUA têm maior cooperação militar.

Na comparação com outras regiões, a presença militar norte-americana na América Latina é até pequena, mas se torna injustificada, pois se trata de uma região sem grandes conflitos. Além da Quarta Frota, os EUA têm hoje instalações militares em Aruba, Curaçao, El Salvador, Cuba e Honduras. Além disso, possuem radares na região, a maioria no Peru e Colômbia, e acordos militares com países como a Guiana.

A desculpa do combate às drogas

O economista Nildo Ouriques, especialista em política latino-americana, alerta que, mais que a questão militar em si, o acordo entre Colômbia e EUA significa

a presença da influência norte-americana. “São bases de operação e inteligência e, nunca, só militares. São de influência diplomática, no meio militar”, disse.

Ouriques detalha que o pacto está dentro da estratégia do Plano Colômbia, firmado desde 2000. “Esse plano é apresentado como de combate ao narcotráfico, mas a área de droga plantada na Colômbia e a quantidade dela consumida nos Estados Unidos só aumentou. O Plano Colômbia, portanto, não se refere a isso, é um plano de contra-insurgência, de controle e de contraposição aos interesses da América Latina”, disse.

Por uma política de defesa regional

Ainda que a presença militar dos EUA tivesse atuação restrita ao combate às drogas, analistas concordam que essa luta devia ser travada internamente, com os países latinos assumindo uma política própria para conter a produção e os EUA, uma estratégia distinta, para evitar o consumo em seu territó-

rio. Nesta perspectiva, a América Latina deve fortalecer seus foros próprios, para encontrar, pelo diálogo, a solução a seus problemas e a melhor maneira de proteger suas riquezas.

Recentemente, países como Brasil e Venezuela anunciaram a ampliação de seu potencial defensivo. De forma equivocada, a medida foi tratada pela imprensa como uma “corrida armamentista”. Segundo Ouriques, as forças armadas latino-americanas estão ainda despreparadas para controlar seu território e o investimento em defesa é, portanto, necessário.

O processo de integração que vive a região se reflete, também na questão da defesa. No ano passado, o Brasil propôs, no âmbito da Unasul, a criação do Conselho de Defesa Sul-americano. Conforme explicou Socorro Gomes, o objetivo do conselho é discutir políticas comuns de defesa, respondendo aos problemas da região e estabelecendo caminhos para que os países cuidem conjuntamente de seus recursos naturais.

Igor Fuser, contudo, aponta que há algumas dificuldades a serem superadas, como os conflitos existentes dentro do continente e o fato de que nem todos compartilham do desejo de integração. “A Colômbia e o Peru participam da Unasul, mas, quando podem, a sabotam, têm como aliado preferencial os EUA”, afirmou.

Fuser lembra ainda que, além disso, dentro de cada país, há forças com grande capacidade de influência (“as viúvas da Alca”), que tentam atrapalhar a integração, minimizando sua importância e amplificando dificuldades. No Brasil, o exemplo são partidos como DEM e PSDB, com o apoio de parte da grande imprensa.





educação não é cassino

O Brasil precisa urgentemente de um marco regulatório para o Ensino Superior privado, que coíba os abusos dos tubarões do ensino e impeça a desnacionalização da Educação. *Priscila Lobregatte*

Dentre os problemas que o Brasil tem procurado enfrentar ao longo dos últimos anos, a educação é tida como um dos principais gargalos para a construção de um novo País e de um novo projeto nacional de desenvolvimento. E, também nesta área, o nefasto desmonte do Estado em detrimento da abertura indiscriminada ao setor privado – marcas registradas do governo Fernando Henrique Cardoso – causaram prejuízo aos estudantes brasileiros. Neste aspecto, o Ensino Superior privado é responsável, por um lado, pela ampliação de vagas principalmente após a implantação do ProUni. Por outro lado, porém, responde pelas piores avaliações do sistema educacional e caminha a passos largos para mercantilizar o ensino e ampliar a participação do capital estrangeiro em seu financiamento.

Foi assim que alcançou resultados de amargar no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2008, cujas conclusões foram divulgadas em setembro. Dos 7.329 cursos avaliados, 1.752 tiveram notas ruins, dos quais 74% são de estabelecimentos particulares.

Marco regulatório para a educação superior

Em abril deste ano, a União Nacional dos Estudantes encaminhou à Câmara uma sugestão transformada no Projeto de Lei 5175/2009, ligado ao do de Reforma Universitária (4212/04). Conforme o PL proposto pela UNE, “o Ensino Superior é reconhecido como um bem público e a exploração do ensino pela iniciativa privada como uma concessão do Estado, o qual deve ter a obrigação de regular, fiscalizar e garantir a qualidade do ensino ofertado”. Ou seja, a entidade propõe, na prática, que o setor deixe de ser uma terra de ninguém – cujas porteiras

foram escancaradas durante o ministério do tucano Paulo Renato Souza na era FHC.

“O que temos hoje é uma legislação insuficiente no que tange o setor privado. Por conta disso, a maioria dos estudantes universitários que estão em instituições particulares ficam totalmente à mercê das políticas dessas faculdades”, diz Joanna Parolli, diretora de Escolas Particulares da UNE.

Perseguição e autoritarismo

Este é o caso, por exemplo, do Cadastro Nacional de Informação dos Estudantes Brasileiros (Cineb), criado pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, órgão que representa as instituições particulares. Na página do serviço na internet, orgulha-se de dizer que “este serviço, de inestimável valor para o segmento” fornece “elementos para organizar a tão sonhada ‘lista negra’ da escola particular”. Ou seja, a entidade vê a educação como uma mercadoria igual a qualquer outra. “Hoje, nas universidades privadas, os estudantes que estão matriculados e que por algum motivo se tornam inadimplentes, muitas vezes não conseguem fazer a renovação de sua matrícula”, critica Joanna. “E geralmente o reajuste de mensalidade também é feito sem nenhuma conversa com a comunidade acadêmica, nem com o movimento estudantil organizado; além disso, os reajustes nem sempre dialogam com a inflação ou com os índices econômicos do País”.

Na avaliação da secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, Maria Paula Dallari Bucci, “o setor privado representa uma importante parcela da oferta do ensino superior no Brasil, respondendo, atualmente, por 75% das matrículas nesse nível de

ensino. Tal situação confere grande importância à atuação do MEC no sentido de garantir a qualidade do ensino que hoje é oferecido por, aproximadamente, 2 mil instituições privadas no País”. Segundo ela, “a própria Constituição Federal, em seu artigo 209, definiu que “o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”. Por isso, o MEC tem a prerrogativa constitucional de zelar pela qualidade do ensino oferecido em nível superior, o que é feito a partir das diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)”.

Direito de organização

Apesar de parceira do MEC em ações que buscam a melhoria da educação, a dirigente da UNE explica que ainda há muito para fazer. E há duas dificuldades importantes a serem vencidas a fim de que a luta por mudanças no Ensino Superior privado ganhe força na sociedade. “Não conseguimos ainda ter um movimento estudantil atuante e consolidado nas universidades particulares. Em geral, não há democracia interna. As discussões não passam pelos estudantes, pelos funcionários e nem mesmo pelos professores. Ou seja, todos acabam ficando na mão da política de cada faculdade”.

De olho na Conferência Nacional de Educação – marcada para 2010, mas com etapas estaduais já em andamento – a UNE tem debatido e colocado aquilo que julga serem os eixos principais para uma transformação no ramo particular. “Queremos que haja, de fato, uma regulamentação do ensino privado, uma legislação em que o



Estudantes protestam no Masp, em São Paulo, contra a mercantilização da educação

Estado tenha um controle maior sobre as faculdades e que sejam criados mecanismos que impeçam a desnacionalização da educação. Hoje vemos o capital estrangeiro nas faculdades, muitas sendo compradas por grupos internacionais. Tudo isso incide também na qualidade do ensino”, argumenta.

Além disso, Joanna lembra que “parte de nossa bancada no Congresso é ligada aos setores privados e estrangeiros, de maneira que seu lobby também dificulta a implementação de projetos. Nas eleições de 2010, a UNE quer lançar uma plataforma política que denuncie o lobby dos tubarões do ensino”. Para ela, a importância que se dá ao tema está no fato de que o setor público ainda não é capaz de oferecer vagas suficientes para a população. “Por isso, precisamos lutar primeiramente pela regulamentação do ensino privado para que essas deficiências sejam minimamente tratadas”.

Capital estrangeiro

Já é uma tendência – aceita com naturalidade e até de maneira prestigiosa – a parceria entre

faculdades privadas nacionais e grupos estrangeiros. Uma das primeiras a aderir foi a Anhembimorumbi, que em 2005 teve 51% de participação comprada pelo grupo norte-americano Laureate. Já a Anhanguera, por exemplo, tem ações na bolsa de valores.

De acordo com informações da Secretaria de Assuntos Econômicos do BNDES compiladas pelo mandato da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), em 18 de outubro de 2008, 3.875 prepostos do capital financeiro internacional completaram uma injeção de 412,5 milhões de dólares para assumir 80% do SEB (Sistema Educacional Brasileiro S.A.), detentora da marca COC. A faculdade Estácio de Sá vendeu por US\$ 446.940.000,00 uma fatia de 64% de seu controle acionário, num negócio para o qual cada aluno foi “avaliado” em R\$ 10.800,00. Exemplos como esses se multiplicam pelo País.

Para a parlamentar, “a liberação total da entrada de universidades estrangeiras, com diferentes graus de excelência, e algumas sem excelência alguma, será uma tragédia para a qualidade da

educação, principalmente para a pós-graduação”. E completou: “está mais do que claro que os “investidores” estrangeiros querem é aplicar aqui os seus dólares e euros para levá-los de volta o mais rapidamente possível, remunerados com uma das mais elevadas taxas de juros do mundo. Almejam ainda em ganhar com o ProUni e o Fies, programas de bolsas financiadas que permitem lotar cada vez mais as salas de aula das faculdades particulares, independente do preço cobrado e da péssima qualidade do ensino oferecido”, colocou.

Segundo Alice, “o antídoto para coibir a desnacionalização da educação superior no Brasil está na fixação de um marco regulatório do Ensino Superior que é a reforma universitária”, proposta que ainda está parada na Câmara.

Do lado do Poder Executivo, o Ministério da Educação aposta em seu projeto de reforma universitária. A proposta “fixa em 30% o limite de capital estrangeiro em instituições de Ensino Superior no País. Esse dispositivo foi incluído exatamente com o objetivo de garantir a predominância do capital nacional na educação superior e evitar que o capital estrangeiro, descompromissado com o desenvolvimento nacional, prevaleça”, diz Maria Paula.

Mera atividade mercantil

O centro de todos esses problemas do Ensino Superior privado no Brasil está no fato de prevalecer a lógica de mercantilização do ensino. Ou seja, vende-se um curso como se vende qualquer outro produto. O problema é que o nível de educação de um país influencia diretamente seu futuro e até mesmo na forma como a nação se colocará no cenário mundial, já que

o ensino está na base da formação de uma sociedade.

“Com a implementação do projeto neoliberal no Brasil, a educação deixou de ser considerada um direito, atividade de função pública e, portanto, sob responsabilidade do Estado. Hoje a educação privada é considerada uma atividade mercantil, muitas instituições não seguem nem mesmo as Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Estamos assistindo a desnacionalização da educação superior privada, com a abertura ao capital internacional nas bolsas de valores, com a padronização de processos e materiais pedagógicos”, critica Madalena Guasco Peixoto, coordenadora geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

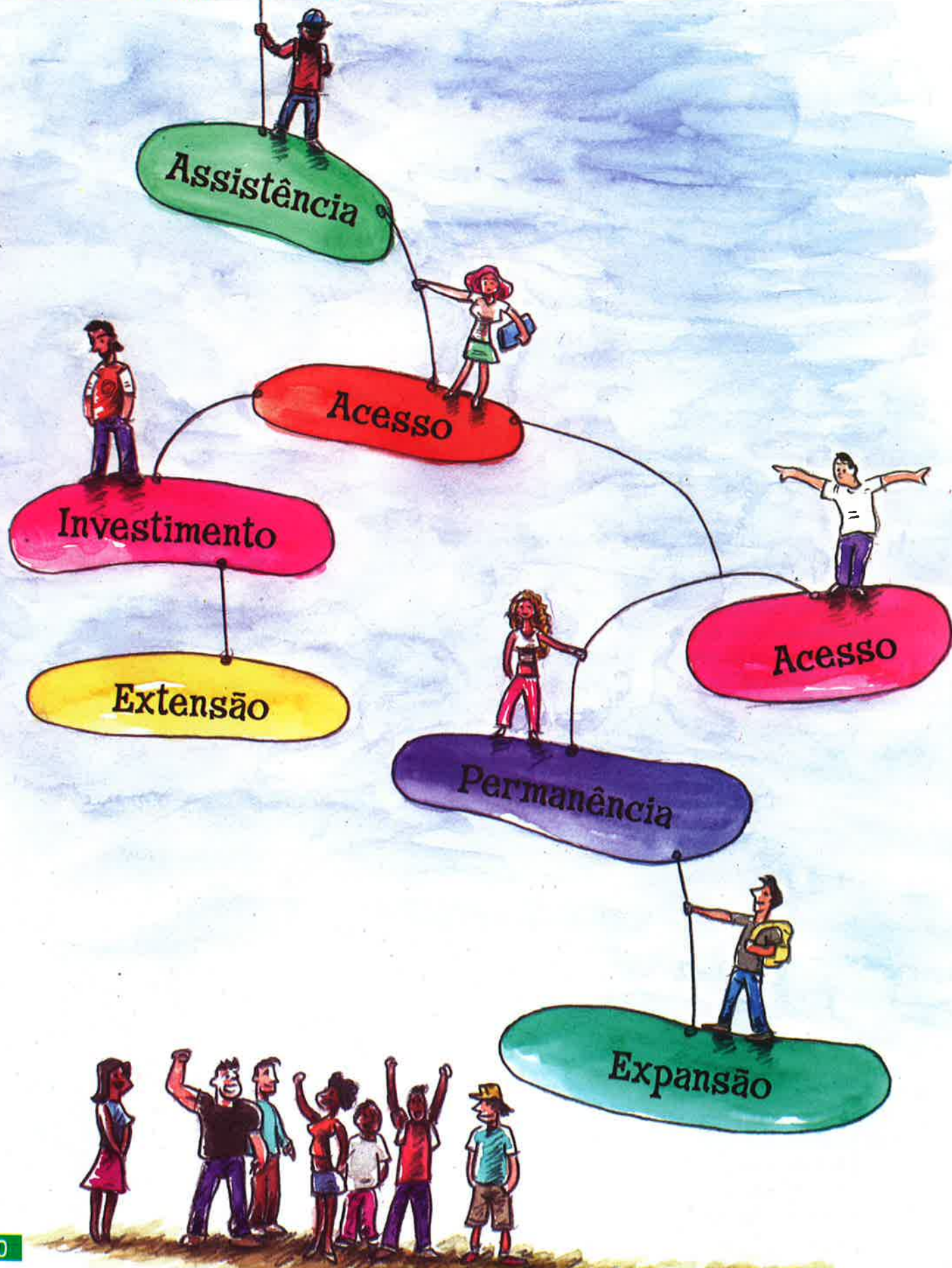
Conforme destaca Madalena, é preciso – e a Contee tem sido uma das entidades mais atuantes neste sentido – “exigir a regulamentação da educação privada, recolocando o papel do Estado como garantidor do direito à educação pública e gratuita de qualidade em todos os níveis; lutar para que a educação privada venha a compor o sistema nacional de educação que, além de padrão único de qualidade, exige qualificação docente; alterar a LDB no sentido de fazer com que as instituições privadas tenham as mesmas exigências que as públicas, aprimorando a fiscalização e a avaliação com consequências sérias para as instituições sem qualidade”. Ela enfatiza ainda que um dos pontos fundamentais dessa transformação educacional deve estar na alteração da própria Constituição porque “apesar de dizer que a Educação é um direito e uma obrigação do Estado, liberou-a como uma mercadoria para iniciativa privada”.

O Ministério da Educação, por sua vez, diz estar perseguindo a

qualidade do ensino de maneira a sanar os problemas da educação e, especialmente, das instituições privadas. “Temos trabalhado na disseminação de uma verdadeira “cultura da qualidade” na educação superior, principalmente desde a edição, em 2004, da Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que traça como finalidades prioritárias a melhoria da qualidade da educação superior e a orientação da oferta dos cursos de graduação”, explica Maria Paula. Ela destaca que a preocupação do MEC tem sido principalmente com a necessidade que o Brasil tem de ampliar o acesso à educação superior. “O Plano Nacional de Educação (PNE) definiu a meta de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior até 2011. Atualmente o Brasil está em 23%, ou seja, ainda é preciso expandir, mas sem abrir mão da qualidade do ensino oferecido”.

Mesmo concordando com muitos aspectos da política federal para a educação, Madalena chama atenção para questões ainda nevrálgicas: “a força que o setor privado tem politicamente e economicamente ainda é um grande entrave. Nós, das entidades de educação, temos de nos unir, promover amplo debate com a sociedade brasileira e sermos protagonistas na proposição e implementação de políticas públicas de interesse da sociedade. A educação superior é estratégica para o projeto de desenvolvimento nacional soberano e democrático”. E finaliza: “atenção especial devemos dar às eleições de 2010, mantendo no poder central forças políticas que trabalhem pelo fortalecimento da educação pública de qualidade, aproveitando a chance de mudar a correlação de forças no Congresso Nacional”.





Os desafios do 1º CONAE

Realizada pela primeira vez, a Conferência Nacional de Educação está reunindo amplos setores para discutir os rumos da Educação no País. A popularização da universidade é um dos desafios centrais para o futuro, avalia a UNE.

Por Renata Mielli

Entre os dias 23 e 27 de abril de 2010, todos os segmentos ligados à educação, nos seus diversos níveis, etapas e modalidades – da educação infantil à pós-graduação, estarão reunidos na etapa nacional da Conferência Nacional de Educação (CONAE-2010).

Para chegar lá, milhares de pessoas se mobilizaram em centenas de municípios de todos os estados da federação, nas Conferências Municipais, Intermunicipais e Estaduais, num processo de construção amplo e democrático de propostas para a Educação de nosso País.

É a primeira vez que se realiza, por iniciativa do Estado, uma Conferência de Educação. Em outras ocasiões, houve atividades promovidas pela sociedade civil, como os Coneds (Congresso Nacional de Educação), que tiveram papel protagonista em discussões estratégicas para a Educação. Foram nestes congressos

que se sistematizaram as proposições que deram origem ao Plano Nacional de Educação (PNE) - proposta da sociedade brasileira, que tramitou no Congresso Nacional na década de 90, mas foi derrotado pelo projeto substitutivo apresentado pelo governo neoliberal de FHC e aprovado pelo Congresso Nacional da época.

Um dos objetivos do Conae-2010 é produzir um arcabouço de propostas que possa desembocar na construção de um novo Plano Nacional de Educação, que substituirá o agora em vigor, a partir de 2011. Por isso, a expectativa de que o governo ratifique as propostas e transforme as deliberações da Conae em políticas públicas de fato é grande.

Até porque, as propostas que surgirão desse processo terão um peso político considerável, já que virão chanceladas pela participação de trabalhadores, gestores, estudantes – do setor público e privado –, conselhos de educação,

país, centrais sindicais, entidades empresariais, movimentos sociais, ong's, representações legislativas, entre outras tantas.

Sob o tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas diretrizes e estratégias de ação”, a CONAE propõe o estabelecimento de bases teóricas e propostas concretas para a construção de um novo PNE.

Popularizar a universidade

A plataforma que os estudantes pretendem disputar na Conferência está contida no Projeto de Reforma Universitária da UNE. “Esse é o instrumento pelo qual nós pretendemos defender as nossas opiniões no espaço e nas resoluções da Conferência Nacional da Educação”, afirma o presidente da UNE, Augusto Chagas. Ele ressalta que uma marca fundamental que os estudantes e, em particular a entidade, quer construir nesse processo de debate é a ideia de que é necessário popularizar a universidade. “Popularizar a universidade é construir mais justiça no acesso ao Ensino Superior, é sintonizar a universidade com os interesses da maioria do povo, é ver a universidade alterar sua composição social, hoje marcadamente elitista. É ter uma universidade que não esteja mais distante dos interesses da sociedade, tanto do ponto de vista das relações que se constroem no seu interior, como da pesquisa e do conhecimento que essa universidade produz, é mudar a lógica de qual deve ser o retorno que os profissionais, depois de formados, vão oferecer à sociedade”, destaca Augusto Chagas.

Outro ponto crucial para a UNE é a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil. “Defendemos que seja criado um fundo nacional para que os estudantes que comprovem dificuldade econômica para permanecer na instituição – públicas e privadas – tenham acesso a uma bolsa mensal, de três quintos de um salário mínimo, para ajudar no transporte, na compra do material didático, na alimentação”, salienta o presidente da entidade.

Resumindo, os estudantes defendem a expansão das vagas e os programas de permanência. E, para viabilizar tudo isso, defendem o aumento considerável do investimento público na educação, levantando a bandeira de 10% do PIB para a Educação.

Debates partem de documento avançado

Há certa unanimidade entre os representantes dos movimentos sociais de educação e os setores mais progressistas envolvidos no debate da Conferência em relação à qualidade do documento referência. A forma de construção do texto, que priorizou temas de fundamental importância para a Educação e não dividiu o debate em níveis de ensino, favoreceu a discussão em torno dos elementos mais relevantes para a criação de um Sistema Nacional de Educação, ao mesmo tempo em que deixa margem para a colaboração dos Estados e Municípios por meio da ampla e democrática discussão com mais de 2,5 milhões de pessoas, envolvidas ao longo de todo o processo.

Essa é também a opinião do presidente da UNE. “Ficamos positivamente surpresos com o conteúdo do documento base. Achemos avançada a forma como está sendo proposto o debate”. Ele alerta que será preciso, entretanto, se preparar para a disputa de ideias na Conferência, a fim de garantir que a concepção da mercantilização da educação não saia vitoriosa. “Precisamos aglutinar e compor com setores que defendem outra visão de educação. Com certeza o setor privatista deve disputar e será um adversário. Portanto, pensar numa participação articulada, em minha opinião, é fundamental”, avalia Chagas.

De olho em 2010

Um aspecto que merece destaque na construção do novo Plano Nacional de Educação é fazer com que ele se transforme em Lei, aprovada pelo Congresso

Nacional, para que não seja apenas uma carta de intenções. Para viabilizar todas as propostas e metas que estarão consignadas no novo PNE são necessários recursos e muita ação política por parte das três esferas governamentais, portanto, ela precisa ser uma política de Estado.


Uma agravante dessa questão é o fato de o Conae acontecer às vésperas de uma eleição presidencial.

O Brasil não pode zerar os debates e as políticas em curso de quatro em quatro anos. É preciso que os processos tenham caráter vinculante e processual. Contudo, a depender do resultado de 2010, a Educação pode viver um cenário de avanço ou de retrocesso. Os movimentos educacionais e toda a sociedade têm que estar atentos.

Esse é o motivo pela qual a UNE tem insistido na luta para aprovar novas legislações para o setor. Como ressalta o presidente da entidade, “é com esse espírito que temos defendido, no Congresso, o nosso projeto de reforma universitária. É importante lutar por mecanismos que possam amarrar os pequenos avanços, para que eles permanecem nos próximos dez, vinte, trinta anos. Precisamos fazer a luta política, o movimento educacional não vive em uma redoma que está distante dos debates comuns da sociedade. Essa discussão faz parte do programa que queremos ver vitorioso e que vai conduzir o Brasil nos próximos quatro anos, depois da eleição presidencial. A construção da Conferência também deve estar sintonizada com isso”, alerta Augusto Chagas.

(Colaborou Daniele Moraes)





**COM AS RIQUEZAS
DO PRÉ-SAL
CHEGANDO ÀS MÃOS DE
TODOS OS BRASILEIROS,
O PAÍS CRESCERÁ
CADA VEZ MAIS
SOBERANO.**

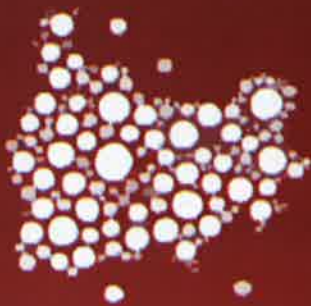
NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA O PETRÓLEO E GÁS DO PRÉ-SAL: O BRASIL E A ANP PRONTOS PARA NOVOS DESAFIOS.

A proposta de novas regras para a exploração de petróleo e gás no Pré-Sal abre um novo capítulo na história do Brasil. A maior participação do Estado brasileiro nas receitas do petróleo e seu maior controle sobre o ritmo de produção fortalecem a soberania do País e abrem caminho para acelerar o crescimento, em benefício da sociedade. A ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ajudou a escrever essa história. O grande desenvolvimento do setor, desde a criação da ANP, trouxe mais conhecimento sobre nosso potencial petrolífero e levou a descobertas no Pré-Sal. Tudo isso com regras claras, transparência e respeito aos contratos celebrados. Participante da formulação da proposta de regulação para essa nova fronteira petrolífera, a ANP está pronta para superar os próximos desafios e consolidar mais essa conquista de todos os brasileiros.



**Ministério de
Minas e Energia**





10º SEMINÁRIO DO CUCA DA UNE

JUVENTUDE CULTURA E POLÍTICA



De cabeça feita

Por Renata Mielli

Tecer redes e criar laços para viabilizar trocas e experiências foi o que impulsionou a ideia de circuito que apóia a construção dos centros de cultura e arte da UNE, os CUCA's. Mas é circuito ou centro? Na verdade são ambos. Circuito de Cultura e Arte para interligar os Centros de Cultura e Arte espalhados pelas universidades do Brasil.

Criado em 2002, durante a 2ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, o CUCA foi crescendo e criando musculatura. Em 2004, foi contemplado como Ponto de Cultura do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. De lá para cá, a carreira de sucesso do

CUCA está em nível ascendente.

Para planejar a ação do CUCA em 2010 e sintonizá-lo com os principais desafios culturais, políticos e juvenis que o País vai viver, aconteceu em novembro o 10º Seminário do Centro Universitário de Cultura e Arte com o tema “Juventude Cultura e Política – Dimensão dos Saberes”.

“Esse tema é muito atual para o próprio entendimento do que é a cultura e do papel que ela desempenha na formação do nosso povo. Na verdade, a política faz parte de uma das dimensões da cultura, assim como outras dimensões – a

econômica, a estética e a ética. Sintetizamos essa ideia na expressão muito usada por Célio Turino (Secretário de Cidadania Cultura do Ministério da Cultura) ‘precisamos politizar a cultura e culturalizar a política’. Para nós, do CUCA, esse é um eixo importante”, avalia o diretor de Cultura da UNE, Felipe Redó.

Ele destaca que a juventude é um segmento privilegiado para fazer esse debate, que tem como objetivo envolver os Pontos de Cultura, as redes do movimento estudantil, e também outras redes sociais.

Anualmente, o CUCA realiza um Seminário que faz uma avaliação do crescimento dos

pontos e avança para descortinar quais as perspectivas para o próximo período, que na avaliação da galera é animadora.

O CUCA e a UNE

O CUCA se fortalece e se estrutura a partir da rede do movimento estudantil que faz parte da UNE e a UNE se nutre do debate mais aprofundado sobre a cultura e a arte da nossa sociedade que é realizada no interior do CUCA. Assim o CUCA e a UNE são duas pontas de uma mesma rede, que têm suas identidades e particularidades, mas que caminham lado a lado, uma alimentando a outra. “Mais do que estar na universidade e ter seus próprios movimentos, o que garante esse potencial e protagonismo do CUCA é estar nessa rede do movimento estudantil e trocar nessas redes sociais onde a gente está instalado”, diz Redó.

São 10 Pontos de Cultura em pleno funcionamento e vários centros de produção cultural espalhadas pelo Brasil. Montar um CUCA é até mais fácil que montar um Centro Acadêmico e DCE. Por isso, uma das expectativas desse seminário é irradiar e articular mais as redes dos CUCA's e fazer um grande movimento de formação dos centros nas universidades, sempre facilitando a articulação entre eles. “Porque esse é um conceito básico do CUCA, ele só se fortalece na medida em que ele é articulado. Tem um Centro que é o Instituto CUCA, mas os pontos em cada universidade são fundamentais para fazer essa troca dos bens e dos produtos simbólicos, que a gente tem produzido”, esclarece o diretor de Cultura da UNE.

Perspectivas para 2010

A expectativa dos coordenadores do CUCA é chegar a uma centena de núcleos. “Ganhamos muito com as caravanas da UNE, através das quais pudemos conhecer muitas iniciativas nas universidades. Daí a ideia de fazer um CUCA de massa, uma campanha nesse sentido para facilitar a participação dos estudantes nessa estrutura do CUCA. E é até mais fácil porque o CUCA não pretende ser uma entidade representativa, ela é associativa, as pessoas se associam ao CUCA em torno dos preceitos e dos programas, com toda a heterogeneidade que tem em seu espaço”, destaca Redó.

Outra reflexão importante do Seminário e que vai ter desdobramentos por todo o ano de 2010 – e já estão presentes nos debates da Conferência Nacional de Cultura – são as discussões sobre as políticas públicas de Cultura e o papel que elas têm jogado para a difusão da cultura no Brasil. “Estamos vivendo uma experiência única. Basta olhar a quantidade de editais, a própria iniciativa do governo em realizar a II Conferência Nacional de Cultura, as atividades ímpares de organização do movimento cultural em nosso País. E o próprio projeto do CUCA também é bastante fruto disso. O CUCA foi criado em 2002 a partir da 2ª Bienal de Arte e Cultura da UNE. Agora ele só ganhou esse potencial de irradiação no momento em que se transformou em Ponto de Cultura, em 2004. Então ressaltar as políticas públicas é importante sim”, conclui Redó.





A nova geração de mulheres na MPB

Por Laura Folgueira



Thalma de Freitas



4321
GIANA
VISCARDI

A cantora baiana Marcia Castro começou sua carreira em 1995, aos 16 anos, em Salvador. Lá, cantou em bares, e divulgava seu trabalho no tradicional boca a boca. Ela gravava músicas e enviava para os amigos, mas, na época, não tinha como disponibilizar as gravações a um público maior.

Dez anos depois, em 2006, ganhou o prêmio Braskem de Cultura e Arte, do cenário independente da música baiana, e só assim conseguiu gravar seu primeiro CD, "Pecadinho". Quando terminou, mudou-se para São Paulo, e encontrou novas maneiras de divulgar suas músicas: utilizando as possibilidades da internet.

Desde 2008, Marcia mantém uma página no MySpace, um canal de vídeos no YouTube, um de fotos no Flickr e, claro, um site oficial. Pode ter sido apenas coincidência, mas foi a partir da criação destas páginas que a cantora começou a ser mais conhecida no cenário musical brasileiro: uma de suas músicas, "Queda", fez parte da trilha sonora da novela "Ciranda de Pedra", da TV Globo; ela atraiu a imprensa para seus shows – que acontecem o ano todo em espaços como o hotel Crowne Plaza, em São Paulo, e em outras várias cidades do País –; abriu o show da cantora Céu; foi indicada ao Prêmio Tim e viajou em turnê pela Europa.

De qualquer forma, a cantora aponta para uma tendência importante no mercado fonográfico brasileiro: cada vez mais, os artistas apostam na divulgação pela internet – o que antes era considerado pirataria, hoje é um meio válido, endossado pelos próprios músicos. "Sem dúvida isso foi fundamental pra que mi-



GIANA VISCARDI

A página inicial do site de Giana Viscardi já abre com um vídeo hospedado no YouTube, mostrando para o internauta um pouco da voz limpa e da performance ao vivo da cantora. No menu do lado direito, dá para baixar todas as músicas e, se preferir, comprar o CD. Há links para lojas virtuais. Você pode ainda se inscrever para receber as notícias de shows por e-mail. Não se preocupe com spams: "Nunca mando mensagens excessivas. As pessoas se chateiam com isso", garante ela.

www.gianaviscardi.com.br/pt/

MARCIA CASTRO

Provavelmente uma das cantoras mais ligadas nas ferramentas da internet, Marcia tem endereço de MySpace, um canal no YouTube, um no Flickr e ainda um site oficial:

www.marciacastro.com.br

www.myspace.com/marciacastro

www.youtube.com/videosmarciacastro

www.flickr.com/photos/fotosmarciacastro



MARINA DE LA RIVA

No MySpace, Marina Riva explica, em inglês, suas variadas influências. Ela é também uma das que mais usa o espaço para amigos, com mais

de 3 mil pessoas cadastradas em sua rede, incluindo músicos e outras cantoras, como Nina Becker. Ótima forma de conectar-se a cada vez mais gente.

www.myspace.com/marinadelariva

nha carreira ganhasse outra dimensão”, acredita Marcia. “Um artista divulga seu trabalho através da própria música, e para ela chegar nos lugares tem que ser através do próprio disco ou da internet. Com um clique, sua música chega no Japão. Imagina se você tivesse que mandar o disco fisicamente pro Japão?”.

Todas essas novas possibilidades trazem uma nova questão para a indústria fonográfica atual: se as músicas podem ser distribuídas pela internet, qual é o lugar das gravadoras hoje em dia? A discussão segue o mesmo tom apocalíptico dos que dizem que, por causa dos sites de notícias, os jornais e livros deixarão de ser impressos. Por enquanto, não é o caso, nem na indústria jornalística e nem na fonográfica.

Marcia não acredita que as grandes gravadoras deixarão de existir. “Hoje a indústria ainda é importante para divulgar o

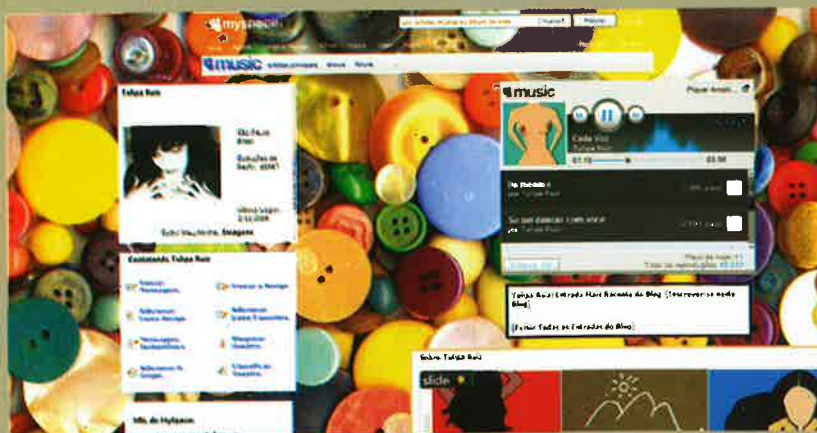
trabalho dos artistas, porque têm contatos, redes de relacionamento com mídias, shows, festivais. A penetração é muito mais fácil, mas não sei se isso vai permanecer ou vai desvanecer também”, diz. Isso explica porque grande parte dos artistas, mesmo os que são descobertos pela internet – como a jovem Mallu Magalhães, por exemplo – acabem assinando contrato com gravadoras.

A paulistana Giana Viscardi concorda. “Por uns anos ficou muito no ar que ser independente era muito glorioso, pela liberdade que isso dá. Mas acho que existe um limite. Para você fazer show pelo Brasil inteiro, ter um reconhecimento e viver bem de música, é preciso fazer parte de um sistema maior”.

A carreira dela decolou quando conseguiu o apoio de um escritório em São Paulo, que possui um pequeno selo musical, o Sonora Pro-

duções. No começo de sua carreira, nos anos 2000, quando gravou seu primeiro CD nos Estados Unidos, ela mesma fazia toda a divulgação, já via internet. Agora, comemora o fato de não ter mais que se preocupar com algumas decisões. “É algo que me apoia, eu não preciso mais gastar horas do meu dia fazendo assessoria de imprensa e atualização do meu site, por exemplo. O escritório faz isso pra mim”, explica. Mas seu MySpace e o canal de vídeos no YouTube continuam atualizados com a agenda e as músicas mais recentes. Ainda assim, Giana diz que gostaria de firmar um contrato com uma gravadora maior, para poder fazer mais shows.

Marina de La Riva concorda: com o desenvolvimento da carreira, o tempo para dedicar-se à divulgação diminui. “Antes eu respondia todos os cadastros do meu site, ficava horas enfiada no computador”, conta. Hoje, ela tem uma



TULIPA RUIZ

Além do já tradicional MySpace, Tulipa Ruiz tem também um blog. Nele, você pode navegar nos links relacionados no blogroll, e descobrir os endereços de outros músicos da nova geração, como Tiê e Thiago Pethit. Também dá pra ver os desenhos da cantora, modernos e artísticos. tuliparuiz.blogspot.com/
www.myspace.com/tuliparuiz

MARIANA AYDAR

A música de Mariana incorpora um pouco mais de elementos experimentais e eletrônicos. Em seu MySpace, fica faltando um perfil mais completo e detalhado da cantora e sua carreira; em compensação, o internauta pode explorar músicas e vídeos.

www.myspace.com/marianaaydar

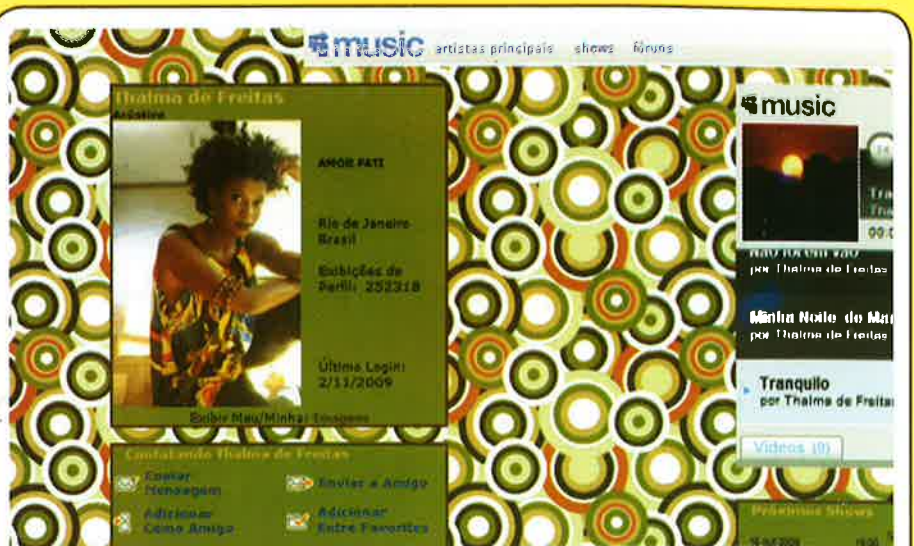


assessoria de imprensa e empresária, mas reconhece o poder da internet no acesso às músicas. “Hoje o público é interativo, não é mais passivo como antes”, acredita. “Ele aponta o que quer e o que gosta.”

Nova geração

As chamadas novas cantoras da MPB têm algumas coisas em comum, e uma delas é o fato de estarem usando a internet como meio de divulgação de suas músicas. Mas quase todas são unânimes em dizer que, apesar de estarem incluídas nessa “categoria”, há também muitas diferenças entre elas.

A sonoridade, por exemplo. Marina de La Riva é um bom exemplo disso. Com origens cubanas, a cantora gravou um repertório que mistura sons do Brasil e de Cuba. “Decidi fazer meu repertório como entendia que tinha que ser, mesmo que isto pudesse soar estranho”, afirma. “Meu projeto parecia



THALMA DE FREITAS

Essa é multiartista: atriz, já apareceu em novelas da Globo, o que garantiu uma certa visibilidade. Seu lado musical aparece nas gravações e shows com a Orquestra Imperial, e no CD homônimo. Thalma é a representante do samba nesta nova geração de cantoras, coisa que faz muito bem, como dá pra ver nas músicas que disponibiliza no MySpace.

www.myspace.com/thalmadefreitas



NANÁ RIZZINNI

No MySpace de Naná Rizzinni, um dos que tem o layout mais profissional, dá para baixar fotos da cantora e sua banda, e ainda ouvir uma playlist com as músicas que, diferente das outras de sua geração, tem estilo mais puxado para o pop-rock, e canta também em inglês.

www.myspace.com/nanarizzinni

TIÊ

No MySpace da cantora há uma playlist com todas as músicas românticas que são características de seu estilo. Quem quiser ir aos shows também pode confiar na agenda de lá, super atualizada. Tiê ainda tem um blog, que disponibiliza as cifras, matérias publicadas sobre ela e seus shows e comentários em primeira pessoa.

www.myspace.com/tiemusica

sweetjardim.wordpress.com/



maluco, mas era o mais visceral possível. Quando cheguei em Cuba para gravar, me deu uma saudade do Brasil e, então, decidi cantar em português também”. A mistura deu certo, ainda que, na época, lembra a cantora, ela não tivesse “produtor, gravadora, público, nem uma carreira”.

Algumas dessas cantoras, é claro, acabam sendo mais próximas, tanto por causa de um som parecido quanto por afinidades de local. É o caso, por exemplo, de Tulipa Ruiz e Tiê. As duas já fizeram shows juntas, e o sinal definitivo dos tempos modernos é que o link para o MySpace de Tiê está na lista de sites relacionados do blog de Tulipa.

Na opinião de Giana Viscardi, a internet tem papel que vai além da divulgação dos trabalhos de cada uma. Ela, de fato, tem um fator de união entre todas, devido ao alcance que proporciona. “Essa é uma geração que teve acesso à música do mundo inteiro pela internet”, diz. “Todo mundo foi muito a fundo no estudo da música tradicional brasileira, foi ver o que é o samba, o forró, o ijexá. Somos muito ricos dessa pesquisa. Mas, além disso, há a influência de sons do mundo inteiro, gente influenciada pela música cabo-verdiana, africana, europeia, americana”. Foi esse rol de possibilidades, inclusive, que permitiu que Tiê e Giana fizessem a mesma opção, no começo de suas carreiras: ir estudar música nos Estados Unidos.

As possibilidades dessa nova geração, com a internet são infinitas. “Você entra no MySpace e pode ficar o ano inteiro descobrindo novas cantoras”, brinca Giana. Por isso mesmo, essa matéria não falou nem da menor parte delas – é um convite para aventurar-se nas novas músicas da MPB disponíveis na internet.

ELIZAVANA CAÑAS



ANA CAÑAS

Ana Cañas tem um dos sites oficiais mais completos, com discografia, agenda, releases, links de lojas e um blog. Para ouvir as músicas, o melhor mesmo é visitar a página no MySpace ou o canal oficial dela no YouTube.

www.anacanas.com/

www.myspace.com/anacanas

www.youtube.com/user/anacanasoficial

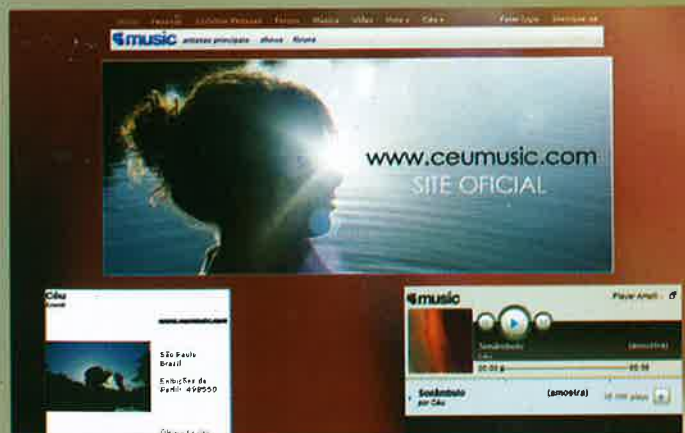
CÉU

De todas as cantoras da nova geração da MPB, Céu é certamente uma das mais conhecidas – acaba de lançar seu CD

pela gravadora Universal Music. Mas o playlist de seu MySpace tem apenas uma música. O site oficial começa com um vídeo divertido, onde ela escreve em um caderno, mostrando à câmera: “Oi! Este é meu blog oficial”, mantendo um tom mais pessoal.

www.ceumusic.com/br/

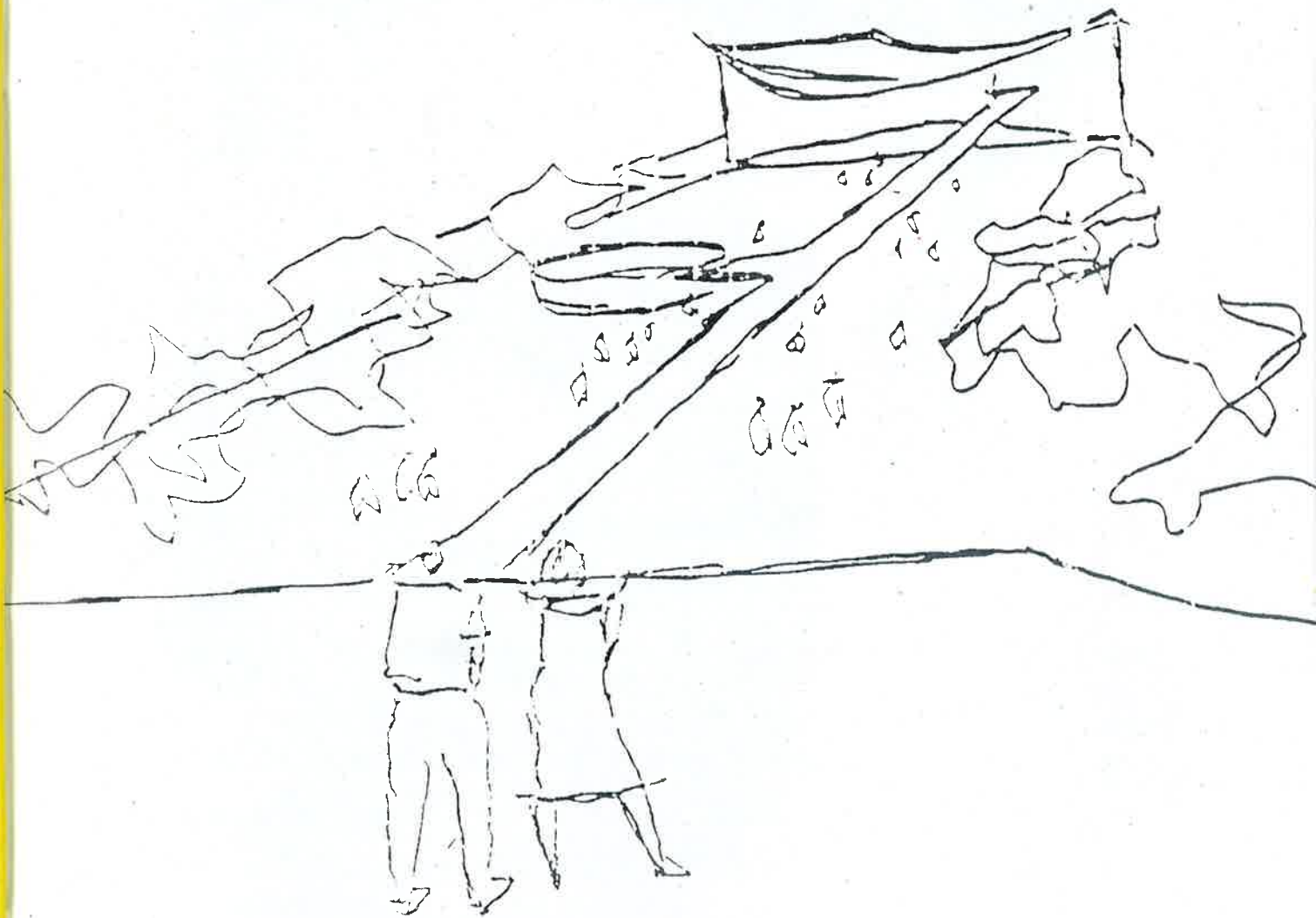
www.myspace.com/ceuambulante



UNE E UBES

de volta pra casa

Por Sandra Cruz



Alívio e sensação de justiça após mais de 10 anos de lutas resumem o resultado da atuação do movimento estudantil que, liderado pela União Nacional dos Estudantes e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, já pode comemorar a recuperação da sede histórica das entidades na Praia do Flamengo, na capital carioca.

Em 29 de outubro foi aprovado por unanimidade na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3931/08 que reconhece a responsabilidade do Estado na destruição da sede da UNE e da UBES pelo regime militar em 1964. Estudantes e a diretoria da UNE acompanharam a sessão e foram fundamentais para garantir que todos os

parlamentares fossem favoráveis ao PL, que já tramita na Casa desde o final de 2008.

“Hoje demos mais um passo importante numa luta de décadas. Reconstruir a sede da UNE é uma vitória dos estudantes e da democracia brasileira” comemorou Augusto Chagas, presidente da UNE. E completou: “o PL ter sido aprovado por unanimidade

demonstra o apelo deste projeto e nos entusiasma a batalhar pela sua aprovação definitiva”.

Relator do projeto, o deputado Cláudio Vignatti comentou que o processo de negociação na Casa está bem maduro, e aponta também o interesse do governo na aprovação. “Agora a proposta é adequada do ponto de vista orçamentário. Os recursos já estão garantidos”, disse Vignatti, que mencionou ainda a presença da UNE na votação. “Os estudantes que compareceram na sessão foram um instrumento a mais de convencimento e ajudaram a buscar a aprovação”, completou Vignatti afirmando que a pressão dos estudantes foi importantíssima.

“Vencemos uma batalha. Isso significa que existe a disposição dos parlamentares para o aprofundamento da democracia e pelo resgate da história do movimento estudantil”, afirmou Marcela Rodrigues, diretora de Relações Institucionais da entidade. O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) lembra que o Estado brasileiro tem buscado fazer justiça àquelas pessoas que tiveram, de certa maneira, sua trajetória de vida interrompida pela ditadura militar. “Este ‘reparo’ é feito de maneira individualizada - no caso das indenizações aos anistiados - e deve ser assim mesmo. Porém, a construção da sede da UNE e da UBES é uma compensação para todo o País, que sofreu com este período. A reconstrução de nossa sede representa o símbolo maior na construção de um País mais democrático e justo com seu povo”, complementou Ismael Cardoso, presidente da UBES.

LONGO CAMINHO DE VOLTA PRA CASA

Antes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o PL passou pela avaliação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que também aprovou por aclamação o projeto, e pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Apresentado na Câmara em 25 de agosto de 2008, o último passo do PL na Casa é aprovação pela Comissão Constituição e Justiça (CCJ), que deve transcorrer rapidamente, segundo Vignatti.

Até o final deste ano o PL segue para o Senado, onde terá que percorrer novas comissões. A expectativa é que o projeto seja aprovado ainda no primeiro semestre de 2010, antes das eleições. Ele não vai à plenário, por ter caráter conclusivo.

Pra ficar na história


Praia do Flamengo, 132. Esse é o endereço que abrigou a sede da UNE e da UBES de 1942 até 1º de abril de 1964, quando o prédio foi incendiado como primeiro ato da ditadura militar, que deixaria um rastro de tortura e sangue na história do Brasil.

O que restava do edifício foi demolido em 1980, por ordem do então presidente João Figueiredo. Somente quatorze anos depois, em 1994, o presidente Itamar Franco reafirmou a posse do terreno às entidades. Naquele momento, o terreno era ocupado de forma irregular por um posseiro que explorava no local um estacionamento clandestino. Em 1º de fevereiro de 2007 a UNE recuperou finalmente a posse do tradicional endereço: milhares de estudantes durante uma passeata ocuparam o local expulsaram de lá o posseiro. A partir daí iniciou-se uma série de atos pela reconstrução da sede.

Saiba mais sobre essa história de lutas acessando o site da UNE:
www.une.org.br/acampamento.



de volta pra casa



Você já conhece as conquistas da UNE para os jovens.

Aproveite, agora, para conhecer algumas da ALERJ.

Nos últimos anos, a Alerj tem aprovado leis e criado projetos pensando no futuro dos jovens e na melhoria da qualidade de vida:

- Passe livre para estudantes da rede pública, portadores de deficiência e idosos.
- Meia-entrada para estudantes, portadores de deficiência e maiores de 60 anos.
- Metrô aos domingos.
- Carteira de identidade gratuita para alunos da rede pública estadual.
- Também devolveu ao Estado R\$ 35 milhões para investimentos nas universidades estaduais (Uerj, Uenf e Uenzo), Cecierj, Defensoria e Ministério Público.
- Graças à sua boa gestão financeira, nos últimos anos, a Alerj devolveu cerca de 100 milhões de recursos do seu orçamento para o Estado aplicar em Educação, Segurança e Saúde.
- Fim gradativo das sacolas plásticas distribuídas pelo comércio.

Para saber mais, acesse:

www.alerj.rj.gov.br ou [www.twitter.com/alerj](https://twitter.com/alerj)

ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Aqui você tem poder.

www.alerj.rj.gov.br